

Reconhecer para revitalizar

Um plano de diretrizes

Estudo de caso na Escola Professor Luís Antônio

Maria Lethícia de Vasconcelos Brambila
Prof.(a) Orientadora: Me. Miss Lene Pereira

LIGA UNIVERSITÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MARIA LETHÍCIA DE VASCONCELOS BRAMBILA

RECONHECER PARA REVITALIZAR:
UM PLANO DE DIRETRIZES: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL
PROFESSOR LUÍS ANTÔNIO

NATAL/RN

2023

MARIA LETHÍCIA DE VASCONCELOS BRAMBILA

RECONHECER PARA REVITALIZAR:

UM PLANO DE DIRETRIZES: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL
PROFESSOR LUÍS ANTÔNIO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN) como requisito final para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo em 2023.

Orientador(a): Prof.(a) Me. Miss Lene Pereira

NATAL/RN

2023

Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

Brambila, Maria Lethícia de Vasconcelos.

Reconhecer para revitalizar: um plano de diretrizes: estudo de caso na Escola Estadual Professor Luís Antônio / Maria Lethícia de Vasconcelos Brambila. – Natal, 2023.

113 f.

Orientadora: Profa. M.Sc. Miss Lene Pereira da Silva.

Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário do Rio Grande do Norte.

Contém cartilha produzida pela autora (p. 86-113).

1. Espaço escola – Monografia. 2. Psicologia ambiental – Monografia.
3. Território educacional – Monografia. 4. Escolas – Monografia. 5. Plano de diretrizes – Monografia. I. Silva, Miss Lene Pereira da. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 72

MARIA LETHÍCIA DE VASCONCELOS BRAMBILA

RECONHECER PARA REVITALIZAR:
UM PLANO DE DIRETRIZES: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL
PROFESSOR LUÍS ANTÔNIO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN) como requisito final para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo em 2023.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Miss Lene Pereira

Orientador

Prof. Me Suerda Campos da Costa

Membro Interno

Arq. Patrícia Luz de Macedo

Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu avô Milton Vasconcelos, por sempre ter incentivado e apoiado a minha educação e as minhas escolhas. A minha mãe Maria Elisa, minha irmã Isabella, minha avó Heliane e a minha tia Maria Cláudia por sempre serem rede apoio durante toda minha vida e ao decorrer da minha graduação e a todos os familiares que se fizeram presentes de alguma forma durante esse processo.

Aos meus amigos e colegas de turma que estiveram comigo durante essa caminhada, em especial à Fernanda que foi minha dupla durante boa parte da graduação e que foi fundamental para o meu desenvolvimento acadêmico. À Roberta que foi minha amiga de curso e estágio, que me acompanhou durante os bons e maus momentos da produção dessa pesquisa e aos demais colegas que estiveram junto a mim ao final desse processo.

Aos profissionais que passaram por mim e influenciaram no meu crescimento como arquiteta, urbanista e pessoa, especialmente aos meus amigos e supervisores de estágio, Tuany Oliveira e Iran Seabra que foram de extrema importância para a minha evolução profissional e que tornaram esse processo de aprendizado mais leve e enriquecedor com toda a resiliência, afeto e profissionalismo que depositaram sobre mim, sempre acreditando no meu potencial. Aos meus amigos e colaboradores de estágio, Camila, Igor, Fábio, Daniel e Dayene, que também fizeram parte do desenvolvimento da arquiteta que me tornei e principalmente por fazer os dias mais leves e alegres.

Aos professores que me guiaram durante a minha jornada acadêmica, Miss, Camila, Huda, Giovanni, Yuri, André, Haroldo, Sandra, Suerda e aos demais docentes que fizeram parte do meu desenvolvimento como arquiteta e urbanista e principalmente como pessoa e ao UNI-RN pela excelência de ensino e pela morada que foi durante os cinco anos de graduação, cercada pela natureza.

A banca examinadora, minha orientadora de pesquisa professora Miss Lene, pelo auxílio e incentivo, não apenas durante a produção deste trabalho, com toda a calma e contribuição, mas também durante toda a graduação. A convidada interna,

Suerda Campos, com quem aprendi muito durante a minha passagem pela universidade e que me auxiliou muito com seus apontamentos durante a pré-banca. E por fim, a convidada externa, a arquiteta Patrícia Luz, que me elucidou muitos aspectos da minha pesquisa com suas valiosas contribuições.

A Prof.^a. Dra. Gleyce Azambuja Elali, que foi muito solícita e me disponibilizou materiais bibliográficos que ajudaram muito na produção da minha pesquisa.

Ao coletivo Poty e aos seus participantes e professores que foram de grande valia para a minha visão humanizada da arquitetura e do papel social do arquiteto e urbanista na sociedade em que vivemos.

E por fim, a escola Estadual Professor Luís Antônio e ao projeto Seja a Escola por abrirem suas portas para mim, pela contribuição e disponibilidade para o desenvolvimento desta pesquisa.



É preciso sair da ilha para ver a ilha. Não nos vemos se não saímos de nós.

José Saramago

RESUMO

A presente pesquisa discute a formação do espaço escolar como instituição e como os contextos históricos e sociais moldaram sua evolução ao longo do tempo. Analisando as mudanças ocorridas nos espaços escolares e os padrões de design que persistiram ao longo das épocas. Além disso, explora como a manutenção desses padrões afeta o senso de pertencimento territorial dos alunos em relação à escola, enxergando a escola como um território educacional. Ademais, o trabalho propõe uma análise mais aprofundada dos ambientes habitados e não habitados nas escolas e como eles podem ser modificados para atender às demandas dos usuários e da comunidade escolar. Para isso, explora conceitos da psicologia ambiental, da psicologia ecológica e do senso de território, com foco no conceito de território educacional, buscando entender como os alunos se identificam com os espaços escolares. Utilizando-se da união das metodologias de abordagem qualitativa e quantitativa, foram realizados estudos bibliográficos para conceituação das temáticas abordadas, bem como os estudos de referências, sendo eles, um estudo empírico e um estudo *in loco* na Escola Estadual Professor Luís Antônio, na cidade do Natal/RN, utilizados como ferramenta para obtenção do produto final deste trabalho. Com isso, este trabalho tem como objetivo propor um plano de diretrizes e sua metodologia de aplicação, para que se faça possível o desenvolvimento de uma cultura de revitalização arquitetônica facilitando a proatividade da comunidade escolar e o diálogo com os órgãos públicos responsáveis, promovendo a participação da escola nos processos de redescobrimto e restauração das escolas, haja vista, que são os maiores conhecedores de suas necessidades, potencialidades e das relações que se estabelecem nesses ambientes.

Palavras-chave: Espaço escola; Psicologia ambiental; Território educacional: Escolas: Plano de diretrizes

ABSTRACT

This research discusses the formation of the school space as an institution and how historical and social contexts have shaped their evolution over time. Analyzing the changes in school spaces and the design patterns that persisted throughout the ages. In addition, explores how the maintenance of these patterns affects the sense of territorial belonging of students in relation to school, seeing the school as an educational territory. Also, the work proposes a deeper analysis of the inhabited and uninhabited environments in schools and how they can be modified to meet the demands of users and the school community. For this, explores concepts of environmental psychology, ecological psychology and the sense of territory, focusing on the concept of educational territory, seeking to understand how students identify with school spaces. Using the union of the methodologies of qualitative and quantitative approach, bibliographical studies were carried out to conceptualize the themes addressed, as well as the studies of references, empirical study and an in loco study at Escola Estadual Professor Luís Antônio, in the city of Natal/RN, in Brazil, used as a tool to obtain the final product of this work. Thus, this work aims to propose a plan of guidelines and the methodology of application, to make possible the development of a culture of architectural revitalization facilitating the proactivity of the school community and dialogue with the responsible public agencies, promoting the participation of the school in the processes of rediscovery and restoration of schools, that are the greatest connoisseurs of their needs, potentialities and relationships that are established in these environments.

Keywords: School space; Environmental psychology; Educational territory; Schools: Guidelines plan

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Esquema de relação entre espaço, lugar e território	22
Figura 2 - Mapa de situação do bairro de Candelária	36
Figura 3 - Mapa de situação da escola.....	36
Figura 4 - Tabela de matrículas por ano.....	38
Figura 5 - Logotipo do projeto Seja a Escola.....	39
Figura 6 - Vista aérea da escola no ano de 2015 + algumas intervenções realizadas depois do ano de 2019.....	40
Figura 7 - Mockup da escola	40
Figura 8 - Mockup da escola com a localização das fotos.....	41
Figura 9 - Imagens da escola	41
Figura 10 - Imagens da escola	42
Figura 11 - Imagens da escola	42
Figura 12 - Portão de acesso principal	43
Figura 13 - Arte feita no piso	43
Figura 14 - Inserção de vegetação	44
Figura 15 - Acesso lateral direito à entrada da escola	44
Figura 16 - Acesso ao pomar e horta	45
Figura 17 - Pátio aberto com gramado sintético	45
Figura 18 - Gramado lateral à esquerda da estrada principal	46
Figura 19 - Sala de aula ecológica	46
Figura 20 - Roçado dos alunos	47
Figura 21 - Horta comunitária.....	48
Figura 22 - Sala de xadrez	49
Figura 23 - Sala de xadrez	49
Figura 24 - Alunos voluntários fazendo pintura no chão	50
Figura 25 - Alunos voluntários fazendo pintura no chão	50
Figura 26 - Alunos voluntários fazendo pintura no chão	51
Figura 27 - Crianças fazendo apontamentos.....	55
Figura 28 - Crianças realizado a materialização por meio de maquetes.....	55
Figura 29 - Croquis mostrando as propostas dos alunos para os espaços.....	56
Figura 30 - Croquis mostrando as propostas dos alunos para os espaços.....	56
Figura 31 - Capa da cartilha	65

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 O ALUNO, A PSICOLOGIA DO AMBIENTE E O AMBIENTE ESCOLAR CONSTRUÍDO	5
3 A CRONOLOGIA DOS ESPAÇOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO: UM RECORTE TEMPORAL	6
3.1 A ESCOLA DO ESTADO NOVO: UM MODELO PADRÃO	7
3.2 A ESCOLA DE IMPROVISO, A ESCOLA MONUMENTO E A ESCOLA FUNCIONAL.....	7
3.2.1 A escola do improviso	7
3.2.2 A escola monumento	8
3.2.3 A escola funcional	10
4 AMBIÊNCIA: ANÁLISES E CONCEITOS	14
4.1 AMBIÊNCIA ESCOLAR: CONCEITUALIZAÇÃO.....	15
4.2 A PSICOLOGIA ECOLÓGICA.....	16
5 TERRITÓRIO EDUCACIONAL: OS VÍNCULOS ENTRE INDIVÍDUO, COMUNIDADE E ESPAÇO ESCOLAR	19
5.1 ESPAÇO E TERRITÓRIO: SIGNIFICADOS E CONCEITOS	19
5.2 A DEFINIÇÃO GERAL DE TERRITÓRIO.....	19
5.1.1 A apropriação territorial como um alicerce para o desenvolvimento de uma ambiência escolar restauradora	Erro! Indicador não definido.
5.1.2 A percepção ambiental no espaço escolar	23
5.3 A TEORIA PSICOEVOLUCIONISTA.....	27
6 A UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES E SEUS SISTEMAS E OBJETOS	31
6.1 AS DIFERENÇAS ENTRE PAISAGEM E ESPAÇO, UMA ANÁLISE IMPORTANTE.....	31
6.1.1 A paisagem	32

6.2 OBJETOS E AÇÕES, A ANÁLISE DOS ESPAÇOS ESCOLARES QUANTO AOS SEUS USOS E FUNÇÕES.	32
7 AS REVITALIZAÇÕES ARQUITETÔNICAS COMO ELEMENTOS RESTAURADORES DO ESPAÇO ESCOLAR.	35
7.1 O QUE SÃO AS REVITALIZAÇÕES ARQUITETÔNICAS NO CONTEXTO DESSA PESQUISA?.....	Erro! Indicador não definido.
8 ESTUDO DE CASO DIRETO NA ESCOLA ESTADUAL LUÍS ANTÔNIO.....	35
8.1 A ESCOLA: ESTUDOS IN LOCO.....	35
8.2 A REVITALIZAÇÃO DA ESCOLA, A PARTIR DO ANO DE 2019.	38
9 ESTUDOS DE REFERÊNCIA	53
9.1 ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO DIRETO	Erro! Indicador não definido.
10 A RELAÇÃO ENTRE ESTUDANTE E ESCOLA PÚBLICA: A PROLEMÁTICA DA EVASÃO.....	58
10.1 CONTEXTO E PROBLEMÁTICA	58
11 PROPOSTA PROJETUAL.....	61
11.1 REUNIÃO.....	62
11.2 RECONHECIMENTO	62
11.3 ATIVIDADE 01: DESCOBERTAS.....	63
11.4 ATIVIDADE 02: MATERIALIZAÇÃO.....	63
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
13 REFERENCIAS.....	69

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa discorre acerca da formação do espaço escolar como instituição e como os contextos históricos e sociais impactaram nas formações espaciais e construtivas das escolas, analisando as mudanças ocorridas nesses espaços, bem como os padrões projetuais que permaneceram durante o tempo. Além disto, será discutido como a permanência destes padrões na forma escolar influenciam no desenvolvimento do senso de pertencimento territorial do aluno em relação à escola, levando em consideração a aplicação da psicologia ambiental estratégica e pontual, objetivando compreender como a melhoria da qualidade desta ambiência escolar poderia vir a fortalecer os laços entre ensino e aprendizado e por conseguinte, enfatizar o senso de pertencimento territorial e o vínculo entre indivíduo e território escolar.

Escolano (1998) à sua época, definiu a escola como um elemento fortemente inserido no tempo e no espaço, não sendo, desta forma, neutro. Com isso, entende-se que ao decorrer da história da arquitetura dos prédios escolares, os processos de criação da forma escolar em relação ao ato projetual dos prédios, foram muito influenciados pelos contextos gerais de cada época.

A escola, em suas diferentes concretizações é um produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas (FRAGO; ESCOLANO, 1998).

Ademais, a materialização escolar, quando analisada historicamente, pode ser lida de acordo com um sistema de valores, que se divide em três tópicos: A ordem, a disciplina e a vigilância (Escolano, 1998). O primeiro item dos três tópicos refere-se à diagramação do espaço escolar, por exemplo o ordenamento das salas de aula (disposição dos alunos por séries). O segundo item diz respeito ao controle comportamental e a definição dos rituais que ocorrem no cotidiano escolar. Já o terceiro e último tópico torna-se indispensável aos dois primeiros, pois ele está relacionado tanto à diagramação dos espaços, quanto ao controle do comportamento, haja vista que a "vigilância" materializa-se nas instalações escolares de forma a proporcionar através dos elementos construtivos um controle maior dos alunos e professores.

Todavia, desde a última década, as teorias acerca da forma de planejamento dos programas arquitetônicos para escolas no Brasil sofreram diversas mudanças, com o intuito de transformar e ressignificar tal forma projetual. Diversos autores têm abordado em seus trabalhos mecanismos funcionais para elaboração dos espaços escolares, levando em consideração a forma do edifício escolar em função das pessoas que os utilizam, com um foco especial na vivência do aluno em relação aos ambientes construídos, como é o caso de Kowaltoski (2009) e Faria (2019).

Aliado às análises da forma escolar e suas configurações espaciais, este trabalho propõe uma visão mais aprofundada sobre como o ambiente habitado e não habitado (espaços vazios e sem uso) nas escolas podem ser modificados ou melhorados a fim de torná-los funcionais e agradáveis à quem os habita, seguindo suas demandas e anseios em relação a esses espaços.

Para isso, a pesquisa explorará os campos da psicologia ambiental, das noções relacionadas à ambiência nesses espaços, da psicologia ecológica e do senso de território, buscando entender como ocorre a identificação da territorialidade escolar e de seu entorno pela visão de quem vivencia esses lugares e percursos, utilizando-se de estudos de referência diretos e indiretos voltados para práticas que objetivem essas análises.

A partir destas análises, busca-se relacionar os conceitos abordados anteriormente à ideia de revitalização dos espaços estudados, de forma ampla, pois mesmo existindo um estudo de referências diretas, que será abordado posteriormente, o objetivo da proposta de projeto deste trabalho será de aplicação geral para as escolas estaduais da cidade do Natal, tendo em vista que cada escola está situada em um bairro diferente, com entornos distintos, culturas e vivências particulares. Sendo assim, de acordo com o exposto, objetiva-se propor um plano de diretrizes para a revitalização das Escolas Estaduais de Natal, no Rio Grande do Norte, seguindo um passo-a-passo de implementação, simplificado, lúdico e de fácil entendimento, unindo o conhecimento técnico do Arquiteto e Urbanista às práticas populares, participação coletiva da comunidade e reconhecimento de demandas acerca da escola e seu entorno.

Explicado o objetivo deste trabalho, parte-se para as motivações pessoais. A escolha do tema surgiu quando a autora descobriu a existência de um projeto filantrópico de revitalização na Escola Estadual Prof. Luís Antônio, localizada no bairro de candelária, próximo à UBS do bairro. Este projeto, denominado Seja a Escola, fundado no ano de 2019, foi idealizado pelo advogado Carlos Humberto da Silva, que percebeu a necessidade da melhoria do espaço escolar, visando acabar com estigmas ligados à escola pública, aumentar o número de matrículas na escola e diminuir a evasão escolar.

Após a obtenção de informações acerca do projeto existente na escola e devido à observação de suas próprias vivências em relação ao lugar que a escola ocupou e ocupa em relação ao bairro, já que cresceu e ainda reside nas proximidades da escola, a autora passou a questionar-se sobre o papel da instituição em relação aos contextos socioeconômicos e socioespaciais com o entorno e constatou uma visível desconexão entre escola e bairro. Em linhas gerais, as instituições públicas do bairro dividem espaço com instituições de ensino privadas, que são, muitas vezes, escolhidas pelos pais e responsáveis residentes e de classe média, devido aos estigmas relacionados à infraestrutura dos colégios públicos do bairro e da cidade.

Por este motivo, em concomitância com o exposto, o projeto desta pesquisa buscará alternativas para reintegrar à escola pública à sua população circundante, seu entorno e o contexto ao qual está inserida, recolocando-a em um lugar importante e integrando-a à vivência do bairro por uma perspectiva ambiental psicológica e territorial em seu sentido social, buscando estabelecer relações de identidade entre bairro, escola e indivíduos.

Por fim, será desenvolvido um produto gráfico, transformando o plano de diretrizes proposto em uma cartilha educativa, contendo explicações acerca de sua implementação e desta forma tornando-o compreensível pela sociedade que necessita de sua utilização bem como profissionais da arquitetura urbanismo e estudantes.

2 O ALUNO, A PSICOLOGIA DO AMBIENTE E O AMBIENTE ESCOLAR CONSTRUIDO.

O usuário principal da escola é o aluno. Com essa afirmação, Kowaltowski apresenta a ideia de que a função da escola é atender e entender as necessidades do aluno, variando de acordo com suas características e os contextos ao qual estão inseridos. Seguindo essa lógica de pensamento, Kowaltowski diz que, no Brasil (Kowaltowski, 2009 apud Plano Nacional de Educação, Lei 10.172/01, 2006) os alunos são divididos por grupos de idade, seguindo o desenvolvimento psicológico que se desenvolve à cada fase da vida e como as diferentes idades percebem e interagem com o meio físico (espaço), sendo assim, entender as relações entre o espaço habitado e o comportamento humano se faz necessário à medida que os processos de projeto devem demonstrar soluções para problemáticas que surgem durante essas análises e observações.

Neste processo de entendimento das relações que se estabelecem entre ambiente e indivíduo, surgem contribuições das áreas correlatas à psicologia, voltadas para o estudo do ambiente e como as condicionantes físicas existentes nesses lugares afetam o comportamento humano, desde a percepção de cores e texturas, até a identificação de simbologias nos objetos que integram os espaços. Segundo Rasmussen (1998), citado por Kowaltowski (2009, p.40), a arquitetura deve ser um elemento de fácil entendimento e visualização pelo indivíduo que a vivência, fazendo com que as formas e funções de ambientes e objetos inseridos nesses espaços se façam evidentes, de forma que as relações entre indivíduo e ambiente sejam estimuladas (Kowaltowski, 2019).

Aliado ao entendimento do ambiente e aos processos de projeto arquitetônico, no caso desta pesquisa, aos processos de revitalização e reestruturação dos espaços escolares, a psicologia ambiental surge como um alicerce interdisciplinar, aliando questões sociológicas, ergonômicas e de planejamento arquitetônico (Kowaltowski, 2019, p.40), para fomentar o entendimento da arquitetura sobre tais questões.

Segundo Faria (2019, p. 24) a arquitetura escolar deve ser pensada de modo que o processo projetual seja interdisciplinar, intersetorial e participativo, integrado com os processos pedagógicos, a autora ainda cita que sua linha de pensamento fundamenta-se em diversos autores que auxiliaram e inspiraram trabalhos nas novas concepções acerca do ato de projetar a escola, sendo assim, vê-se que este processo de desconstrução de uma arquitetura escolar do século 19 vem ocorrendo há algum tempo no Brasil.

Para que se entenda o percurso da arquitetura escolar até os dias atuais, é necessário que se faça uma breve contextualização sobre como se deu a morfologia escolar brasileira.

3 A CRONOLOGIA DOS ESPAÇOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO: UM RECORTE TEMPORAL

Com o intuito de iniciar as análises acerca da formação do espaço escolar na cidade do Natal, se faz necessário um breve entendimento sobre como ocorreu a idealização e a implementação da instituição escolar no Brasil.

A separação temporal do desenvolvimento das instituições escolares no Brasil se faz necessária para melhor entendimento das configurações arquitetônicas que ocorreram a esses edifícios durante as suas implementações (Arruda, 2000, p. 24 a 27). Diversos autores apontam que a história da arquitetura escolar brasileira teve início no Brasil Colônia (VXI a XVIII) e as análises acerca dos fatos que culminaram na instituição escolar como conhecemos atualmente é estudada por diferentes prismas.

Alguns autores periodizam sua pesquisa de acordo com a sequência secular dos acontecimentos, como é o caso de Saviani (2003, apud ARRUDA, 2010), outros utilizam-se da secularidade como apoio para a sequência de fatos ocorridos, mas apoiam-se em outros tópicos, como o desenvolvimento social e econômico das populações e a sua relação com a escola, como podemos observar nas publicações de Veiga (2007, apud ARRUDA, 2010), Xavier e Ribeiro (1994, 1981, apud ARRUDA, 2010).

3.1 A ESCOLA DO ESTADO NOVO: UM MODELO PADRÃO

Com o surgimento do novo modelo de governo que se transpôs à ideia pedagógica nacional de alfabetização vigente à época, fomenta-se a ideologia de um estilo educacional voltado para as práticas políticas autoritárias, assim, o novo modelo de escola funciona como um instrumento ideológico do regime de governo (2017, Gómez apud Gargia, 1982).

De acordo com Gómez (2017), na década de 1940 inicia-se no Brasil a propagação de um tipo de modelo padrão para as construções escolares. Este modelo difundido pelo regime denominado “Estado Novo”, ocorre entre os anos de 1937 e 1945.

Também é possível analisar a cronologia do espaço escolar brasileiro de acordo com o exposto por Faria Filho e Vidal (2000), onde a história da arquitetura escolar brasileira pode ser dividida em três momentos: A escola de improviso, a escola monumento e as escolas funcionais.

3.2A ESCOLA DE IMPROVISO, A ESCOLA MONUMENTO E A ESCOLA FUNCIONAL

3.2.1 A ESCOLA DO IMPROVISO

Durante o período que se estendeu do século XVIII ao XIX, pode-se dizer que a configuração do espaço de ensino deu-se de forma mais fluida, pois as aulas aconteciam em diversos locais, como igrejas, sacristias, dependências das Câmaras Municipais, salas de entrada de lojas de maçonaria, edifícios comerciais e até mesmo nas residências das famílias que contratavam o professor. Além disso, a rede de educação doméstica deu-se de formas diferentes, inclusive, sabe-se que à época essa rede de ensino atendia um número de alunos maior do que a educação Estadual. Com isso compreende-se que o período que rege a escola de improviso detinha de uma multiplicidade de modelos de ensino e locais destinados à educação. (Barbanti, 1977; Hilsdorf, 1986 apud FARIA FILHO, VIDAL, 2000).

A partir da segunda década do século XIX, posteriormente à independência do Brasil, começaram a surgir os espaços destinados à educação pública. Surgiu então, um novo modelo de local de ensino, reclamado pela elite intelectual da época e pelos políticos, e que deveria seguir os modelos europeus, pois este seria mais eficiente, haja vista que conseguia comportar uma capacidade de até 1000 alunos por classe (FARIA FILHO, VIDAL, 2000).

Este tipo de escola, embasou-se no método de ensino mútuo, que criticava a organização do ensino da época, que era visto pelos defensores do método mútuo como um empecilho à generalização do ensino, fazendo com que o ensino fosse mais individualizado. Desta forma, o novo método proposto defendia a organização do espaço das salas de aula de forma que proporcionasse maior mobilidade aos alunos e aos monitores, com novos elementos, como murais, cartazes, quadros negros, penas para escrita, dentre outros.

Ademais, vê-se que neste momento da história do ensino/aprendizagem os espaços destinados a escola não tinham uma forma definida, tentou-se materializar um tipo de escola, com a utilização do método mútuo de ensino, que findou-se na não funcionalidade desses espaços, devido a diversos fatores, conforme especifica Faria Filho e Vidal (2000, p.21-24), dentre eles, os altos custos dos materiais necessários para a sua implementação e a falta de prédios existentes que conseguissem se adequar ao novo modelo de ensino proposto.

(...) os custos relativamente altos da manutenção do ensino mútuo – gastos com quadros murais, sólidos para geometria, bancos e mesas para todos os alunos, ponteiros e estrados para os monitores, campainhas e matracas para os sinais sonoros, caixas de areia para a escrita, ardósias e quadros-negros, além de cartões de perdões e penas – talvez tenham sido algumas das razões de seu declínio já nos anos 1840 e de sua progressiva associação com o ensino simultâneo (método misto) ou substituição pelo ensino individual. (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 23).

3.2.2 A ESCOLA MONUMENTO

Ao fim do século XIX, surgiam na cidade de São Paulo, os grupos escolares, que, mais tarde, se difundiram pelo restante do país. O intuito da Escola Monumento, era ressaltar a qualidade do ensino, demonstrando a importância dada pelos governantes do país à educação. Os edifícios deveriam ser imponentes, demonstrando monumentalidade, para isso, neste período, que se estende dos anos

1889 a 1930, foram desenvolvidas plantas-tipo, que objetivavam uma padronização do modelo escolar arquitetônico (CORDEIRO et al, 2021).

As plantas-tipo eram organizadas de forma que dispusessem os espaços de forma similar, a fim de proporcionar a padronização das escolas, independentemente do local de inserção da instituição. Além disso, as fachadas também eram pouco modificadas, variando pontualmente em casos específicos, como salienta CORDEIRO (2021):

Nessa época, iniciou-se a implementação de um projeto arquitetônico tipo, o qual correspondia à utilização de plantas baixas similares, com poucas alterações nas fachadas, que variavam de acordo com a localidade em que o prédio seria inserido. Por se tratar das primeiras instituições brasileiras projetadas exclusivamente e especificamente para o uso escolar, foi nesse momento que a escola passou a ser reconhecida por sua representatividade como lugar. Essas edificações possuíam características ecléticas e um programa de necessidades enxuto, com monumentalidade em seu edifício. (CORDEIRO et al, 2021).

Outra análise acerca do período de evolução do modelo da escola monumental e as suas características arquitetônicas, é exposta por Faria Filho e Vidal (2000), quando os autores dizem que a monumentalidade dos edifícios escolares era reflexo também da política e do momento histórico do momento, pois o Estado buscava por meio da monumentalização dos edifícios, mesmo com a utilização de fachadas ecléticas, que variaram pouco a sua estética, demonstrar imponência e autoritarismo. (AZEVEDO).

A imponência e o autoritarismo citados por Azevedo (2007, p.07-08), faziam-se presentes na organização espacial das escolas e nas plantas-tipo, que organizavam a edificação de forma a torná-las simétricas, apresentando grandes entradas por onde era separada a entrada de meninos e meninas e também para proporcionar um maior controle da entrada e saída do edifício, bem como os pátios descobertos e centralizados na planta, que direcionava para a entrada e saída. (AZEVEDO et al, 2007, p. 07.-08).

3.2.3 A ESCOLA FUNCIONAL

Após as tentativas de inserção e execução de outros métodos para realização de programas arquitetônicos escolares que não obtiveram êxito, surgiu a idealização da escola funcional. Com princípios baseados nas ideias escolanovistas.

Com precursores como Maria Montessori, o movimento da Escola Nova, ou escolanovismo, tem origem “reformista” e teve como objetivo criticar o modelo tradicional dos programas arquitetônicos que vinham sendo desenvolvidos e implantados até o momento e que tinham como foco o edifício e o controle dos seus usuários. Este movimento prezou por centralizar o aluno e as suas necessidades no programa de projeto escolar, tornando-o o ponto a ser analisado na relação ensino, aprendizagem e ambiente para o desenvolvimento das propostas arquitetônicas. (OLIVEIRA et al, p. 560).

Os prédios escolares deste período surgiram como uma necessidade enxergada à época da construção de instituições que servissem funcionalidade ao espaço educacional, pautando-se principalmente nas necessidades pedagógicas, que abrangiam desde questões de conforto térmico e acústico, da criação de espaços destinados para o convívio e recreação dos alunos e professores e também acerca da preocupação com a higiene, prezando pelas instalações sanitárias. Além disso, também foi levado em consideração o impacto do edifício, de seu entorno e da paisagem que envolve o seu interior e exterior, fatores que deveriam ser programados a fim de tornar o ambiente escolar educativo, alegre e pitoresco, tornando-o envolvente. (FILHO, VIDAL, 2000, p. 28).

Com isso, de acordo com uma breve análise temporal acerca da morfologia escolar e os fatores que influenciaram as suas configurações espaciais, pode-se observar que durante este processo de construção da escola brasileira, o aluno foi-se tornado foco do programa arquitetônico escolar, não apenas como indivíduo ocupante de um espaço, mas também como transformador do mesmo e participativo quanto as suas modulações espaciais.

Desta forma com a implementação das ideologias da escola nova, quando se enxerga a escola como elemento envolvente e criador de sentimentalidades, inicia-se

um processo de humanização, onde para além das sensações físicas proporcionadas pela materialidade escolar, também são levados em consideração na programação projetual e reformista da escola os fatores psicológicos causados pelo ambiente sobre o aluno.

Neste íterim, torna-se de extrema importância o entendimento acerca dos impactos que o ambiente causa no ser humano, tendo como objeto o programa escolar, no caso desta pesquisa, especificamente o ambiente escolar de âmbito público à nível de ensino fundamental e médio. Desta forma, é necessário o apontamento de questões relacionadas à psicologia do ambiente enquanto área da psicologia humana que estuda a relação intrínseca entre indivíduo, ambiente e espaço vivenciado.

Discute-se atualmente a interferência do ambiente construído na relação pessoa-ambiente. O indivíduo é diretamente afetado pelo ambiente que habita (KOWALTOWSKI, 2009), com isso, define-se que o edifício, o seu interior e o seu exterior, podem influenciar positivamente ou negativamente sobre o observador (MELO, 1991).

Como ciência, a psicologia ambiental surgiu entre os anos cinquenta e sessenta, muito influenciado pela necessidade de reconstrução das cidades devastadas, sob a premissa de que as cidades deveriam ser reformuladas levando em consideração os fatores psicológicos analisados à época em relação aos seus futuros frequentadores e moradores. Em seu surgimento a psicologia ambiental foi chamada de Psicologia da Arquitetura, mas, passou a chamar-se de Psicologia ambiental no ano de 1979 em um estudo sobre salas de hospitais relacionadas ao processo terapêutico. (Melo, 1991). Assim, os psicólogos ambientais observaram a necessidade de inverter as análises, que antes buscavam entender as relações entre ser humano e ambiente e passaram a analisar os efeitos que o ambiente causava na psique humana, para então propor soluções e melhorias a esses espaços.

O psicólogo ambiental parte do pressuposto de que o homem não possui apenas uma existência social, ele possui acima de tudo uma existência física. O homem onde quer que esteja, ocupa algum espaço, espaço esse que exige algumas propriedades especiais, como iluminação, ventilação, abrigo do sol e do calor, etc. ou a ausência disso, para que possa desenvolver as suas atividades e manter suas relações sociais num certo padrão. Caso o ambiente onde o indivíduo se encontra não atenda aos seus objetivos, ele tenderá a

modificá-lo a fim de torná-lo congruente com suas necessidades. (MELO, 1991).

As análises que envolvem a PA (Psicologia Ambiental) também se fundamentam no RAC (Relação Ambiente Comportamento), argumento que parte do pressuposto de que o ambiente é capaz de alterar o comportamento e as experiências vivenciadas pelo ser humano em determinado ambiente no qual está inserido (GIFFORD, 2005), ideia também ressaltada pela seguinte afirmação: "comportamento (C) é função da interação entre pessoa (P) e ambiente (A)" (LEWIN, 1965).

Dito isto, é perceptível a necessidade do conhecimento em relação à aplicação das metodologias e ferramentas que compreendem a psicologia ambiental na elaboração de projetos arquitetônicos, para que seja percebida a experiência do usuário em relação ao espaço, principalmente em edificações existentes e, com isso proporcionar melhorias aos espaços, garantindo-lhes todos os itens que dizem respeito à confortabilidade (PNH, 2013).

4 AMBIÊNCIA: ANÁLISES E CONCEITOS

A definição geral acerca do termo "ambiência", originário do francês "ambiance" refere-se, arquitetonicamente, as organizações espaciais humanizadas, onde se realizam atividades sociais, políticas e econômicas, por isso não deve ser pensado apenas como algo físico, mas também de âmbito psicológico, já que causa provocações no comportamento humano (BASTETTI, 2014).

O termo ambiência tem origem do francês "ambiance" e pode ser também traduzido como meio ambiente. Para melhor compreensão da sua abrangência, podemos afirmar que não é composto somente pelo meio material onde se vive, mas pelo efeito moral que esse meio físico induz no comportamento dos indivíduos. De acordo com o dicionário Aurélio, é o espaço, arquitetonicamente organizado e animado, que constitui um meio físico e psicológico, especialmente preparado para o exercício de atividades humanas. (BASTETTI, 2014)

Ambiência também significa meio ambiente (BASTETTI,2014) e com isso é dotada de características que apresentam a capacidade de proporcionar níveis de bem-estar aos indivíduos frequentadores dos mais diversos locais, como por exemplo: A forma, a função, a cor, a temperatura, a ventilação e iluminação. Concomitantemente, a cartilha PNH (2003) voltada para a ambiência hospitalar, mas que traz luz à essa pesquisa, devido aos resultados obtidos em relação à análise da ambiência dos espaços, levando em consideração aspectos gerais como iluminação, conforto térmico e bem-estar, acrescenta que o tratamento dado ao espaço físico deve proporcionar acolhimento a atuar como catalisadora da relação entre indivíduo e espaço, considerando o seguinte tópico: A confortabilidade, que se refere a alguns componentes atuantes na modificação da qualidade do espaço e que estimulam percepções ambientais que estimulam a harmonia para criação de ambiências.

Ademais, os componentes que integram a confortabilidade citada pela PNH (2003), são: A morfologia, que se refere às formas e dimensões dos espaços; A luz, seja natural ou não, que além de necessária às atividades cotidianas proporciona maior conforto aos usuários do local, quando bem trabalhada arquitetonicamente; O cheiro, interno ou externo ao ambiente, deve ser considerado como aspecto que pode ou não ocasionar incômodo aos usuários do local; O som, que deve ser trabalhado juntamente ao planejamento acústico do ambiente; A sinestesia, relacionada às percepções relacionadas ao movimento, texturas e superfícies; A arte, como

expressão das emoções humanas e pôr fim a cor, que representa um papel muito significativo no estímulo dos sentidos e que podem ter efeitos sobre o psicológico dos usuários do local. Além disso, também deve-se destacar a ênfase dada pela Cartilha da Ambiência (PNH, 2003) ao tratamento das áreas externas, que abrangem jardins e áreas de descanso do lado externo à edificação, como locais de relaxamento e contemplação. A cartilha ainda cita a arquitetura como ferramenta integrante do processo de adequação dos espaços. [OBJ]

4.1 AMBIÊNCIA ESCOLAR: CONCEITUALIZAÇÃO

É importante ressaltar a compreensão do significado da ambiência escolar, como parte integrante e importante na constituição dos espaços destinados à educação. Assim, as instituições escolares como ferramentas pedagógicas devem objetivar a melhoria dos processos que culminam na formação formal e na integralização dos demais elementos escolares. Desta forma, a ambiência escolar deve ser apresentada não apenas como elemento físico, mas também como uma fomentadora das relações entre espaço, indivíduo e aprendizado (COELHO; NASCIMENTO; CARVALHO). [OBJ]

Seguindo as premissas da PNH (2013) e aplicando-as às análises da ambiência escolar voltada para a arquitetura, deve-se observar o papel dos elementos que constituem o espaço físico como de grande valia para a melhoria da relação entre indivíduo e ambiente, neste caso, entre criança/adolescente e ambiente escolar, mas também como um vínculo imaterial de expressão cultural comunitária que deve ser analisado de forma multidisciplinar, incluindo os seus agentes transformadores humanos (KOWALTOWSKI, 2009).

O ambiente físico escolar é, por essência, o local do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. O edifício escolar deve ser analisado como resultado da expressão cultural de uma comunidade, por refletir e expressar aspectos que vão além da sua materialidade. (KOWALTOWSKI, 2009).

Além disso, para maior compreensão das temáticas acerca da relação entre o ser humano e o ambiente, se faz necessária a análise sobre o impacto que o ambiente construído exerce sobre o indivíduo que o frequenta, em arquitetura, esta ciência denomina-se Psicologia Ambiental.

O ambiente é um agente continuamente presente na vida humana (ELALI, 2003). Segundo pesquisa realizada na UFRN (Universidade federal do Rio Grande do Norte), é necessário ter uma profunda compreensão em relação aos comportamentos da criança e o seu relacionamento com o ambiente, tendo-o como formador de competências e aptidões pessoais. Ainda de acordo com ELALI (2003), a escola pode ser definida como um elemento de grande importância do desenvolvimento social da criança, pois é neste local onde ela desenvolve sentimentos de familiaridade e apropriação (LIMA, 1989).

Para maior aprofundamento nesta temática, para além da compreensão da PA (psicologia ambiental) e dos conceitos que permeiam a ambiência, a importância do entendimento sobre Psicologia Ecológica, discutida por Barker, em *Ecological Psychology* (1968). Ambos os assuntos se relacionam à medida que tem como objetivos principais as relações que se estabelecem entre o indivíduo e o ambiente.

A PSICOLOGIA ECOLÓGICA

Na PE (Psicologia Ecológica) o indivíduo é tido como parte inseparável do contexto ao qual está inserido e sobre o qual reproduz seu comportamento, levando em consideração aspectos sociais e físicos. Neste contexto, a observação do comportamento das crianças no meio ao qual estão inseridas e o resultado do seu comportamento sobre este meio poderá ser mais bem avaliado, haja vista, que o principal objetivo da PE é analisar de forma global, os acontecimentos da vida cotidiana no ambiente estudado (BAIRRÃO, 1995).

Desta forma, aliar o conceito da psicologia ecológica à psicologia ambiental se faz necessário, à medida que as duas temáticas são complementares e a sua correlação proporciona um maior entendimento em relação ao ambiente estudado.

Sendo assim, em concomitância com o exposto, esta pesquisa também buscará compreender os relacionamentos que se desenvolvem entre crianças e adolescentes durante o seu processo de crescimento na ambiência escolar, tendo em vista que passam parte significativa de sua vida cotidiana na escola, desenvolvendo vivências e experiências no território escolar. O conceito de território educacional está intimamente relacionado às relações interpessoais, culturais e entre pessoa e

ambiente que acontecem dentro da escola, mas, para além disso, a territorialidade, neste contexto, deve ser entendida como uma forma de apropriação comunitária sobre esses espaços da educação que envolve a comunidade escolar em ações que fomentam o reconhecimento identitário da comunidade na escola, reconhecendo os territórios aos quais estão inseridas.

5 TERRITÓRIO EDUCACIONAL: OS VÍNCULOS ENTRE INDIVÍDUO, COMUNIDADE E ESPAÇO ESCOLAR

5.1 ESPAÇO E TERRITÓRIO: SIGNIFICADOS E CONCEITOS

Os conceitos que tangem os campos de estudo sobre espaço e território estão intimamente relacionados à arquitetura e ao desenvolvimento do pertencimento humano em relação aos espaços arquitetônicos, como poderá ser constatado nesta análise.

As definições acerca do significado de espaço e território em arquitetura tem a sua raiz fundamentada na Geografia, pois, traz-se conceitos de pertencimento enquanto ao espaço habitado, relacionando-os a aspectos políticos, sociais e culturais identitários.

5.2 A DEFINIÇÃO GERAL DE TERRITÓRIO

Sobre uma ótica geográfica, segundo Cichoski e sequet (2011, p. 156) o território pode ser entendido como um local onde ocorre produção e a reprodução da existência humana por meio do controle do espaço, onde o indivíduo projeta as suas vivências sobre ele e onde também poderá vir a ser influenciados pelos acontecimentos deste meio.

Dito de outra maneira, o território é entendido como um “quadro” de vida que permite aos grupos e sujeitos a (re)produção da própria existência através do controle do espaço, das pessoas e dos fenômenos pertinentes a cada situação vivida por eles. (CICHOSKI, SEQUET, 2011)

Como suporte para entendimento dos vínculos entre território, espaço e indivíduo, os processos fenomenológicos se fazem de suma importância para entendimento destas relações. A fenomenologia, como uma área de estudo que aborda o acontecimento dos fenômenos e da exploração da consciência (LOPES, DINIZ et al, 2008) afirma que a compressão espacial acerca dos ambientes habitados é construída de acordo com as vivências adquiridas pelos indivíduos, onde os grupos sociais, suas simbologias e linguagens ocorrem como representações singulares de percepção acerca do ambiente vivenciado. (CICHOSKI, SEQUET, 2011, p.151).

Ainda sobre território, porém no que diz Elali (2011), a territorialidade é vinculada a um sentimento de posse, entendida como pertencimento, desta forma, não restrito necessariamente à propriedade (oficial jurídica), mas também a local de uso exclusivo e determinante de comportamentos.

Em sua origem, vinculada à etologia, o conceito de territorialidade diz respeito ao sentimento de posse relativa a um determinado espaço individual ou grupal, quer ele esteja vinculado ou não à propriedade (oficial, jurídica) do mesmo. Também relacionada ao tempo de ocupação de um local, a territorialidade corresponde à exigência de exclusividade no seu uso e à adoção de comportamentos de defesa do mesmo, cujo reconhecimento orienta grande parte do comportamento de outros indivíduos que se movimentam pela área (Martinez-Torvisco, 1998).

Assim, constata-se que o percebimento consciente ou inconsciente da pessoa sobre algum ambiente está intrinsecamente relacionado às influências causadas pelo mesmo, que podem ser de inúmeras vertentes, como alerta Elali (2011):

Os estudos de percepção ambiental evidenciam que o ambiente influencia inúmeras facetas da vida humana, desde aspectos individuais (como a orientação e a imagem corporal, a definição de trajetórias entre pontos e a atribuição de causalidade) até fenômenos sociais (como aquisição / uso de linguagem e desempenho de papéis). (ELALI, 2011).

Elali (2011) ainda salienta que grande parte da percepção ambiental é ocasionada pelo sentido da visão, que faz com que façamos uma decodificação do ambiente por estímulos relacionados a imagens e que ocasiona na atribuição de um conjunto de significados. Porém, os outros sentidos humanos também têm grande impacto nestas percepções, já que em muitos casos indivíduos portadores de deficiência terão suas sensações nestas materialidades alteradas ou percebidas de maneiras diferentes, já que existe a ausência de um ou mais sentidos humanos, o que impacta também nas relações socioespaciais.

5.2.1 A APROPRIAÇÃO TERRITORIAL COMO UM ALICERCE PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA AMBIÊNCIA ESCOLAR RESTAURADORA.

Quando se fala em apropriação do território, deve-se levar em consideração alguns aspectos que se desenvolvem durante o processo do reconhecimento territorial, vendo o território enquanto um lugar de estabelecimento identitário e realização de ações que impactam vivências e também como um aglomerador de subjetividades sociais, pois, dentro dos territórios se dá a organização dos espaços de acordo com as dinâmicas dos grupos que o habitam. Dito isto, a autora analisou

alguns fatores que acontecem durante a formação da territorialidade, voltando-se para a ambiência escolar.

Todavia, Gómez (2017), em sua escrita sobre a dimensão teórica do tema ligado à educação, cita Souza (2015, p. 78) quando enfatiza a limitação teórico referencial quanto as definições que relacionam o território à escola, pois território sempre é referenciado como espaço geográfico, mesmo sendo um assunto muito complexo e com muitas nuances, acaba se restringindo à definição de um espaço físico onde são estabelecidas relações de poder, o que ocasiona em certa confusão conceitual sobre o tema (Gómez 2017, apud Souza 2015).

Em contrapartida, é possível analisar o território sobre outras óticas teóricas, para além do sentido de espaço físico geográfico, onde ocorre o estabelecimento das relações de poder e, passar a enxergá-lo como local de estabelecimento identitário e de apropriação, de forma positiva (Gómez, 2017 apud Haesbert, 2004). Mas, para isso, é necessário, primeiramente, entender os conceitos relacionados à posse e ao poder definidos pelas abordagens inerentes às diferentes definições de território.

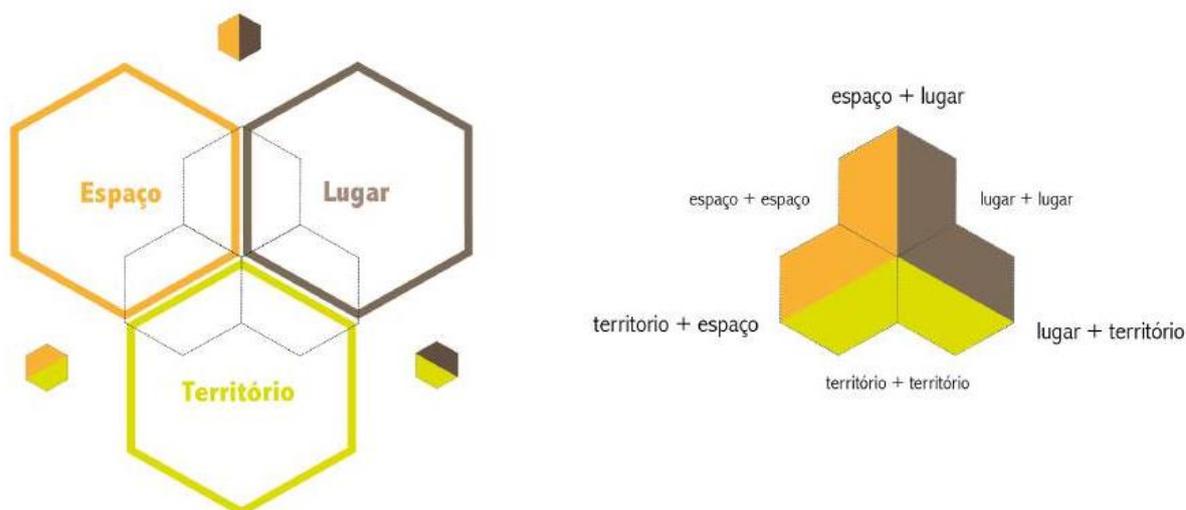
Quando falamos do poder, a tendência é de que a racionalização imediata sobre o termo seja relacionada à violência ou dominação sobre algo ou alguém, porém, uma outra análise é possível quando Gómez (2017) cita Souza (2004) (Apud Hannah Arendt) e afirma que o poder pode ser visto não como uma coisa armazenável e utilizável como uma ferramenta à violência, mas como algo que existe unicamente em função da sua efetivação.

Para tornar mais claro, as discussões entre os autores chegam a um comum acordo no sentido de enfatizar o significado de poder como uma característica intrínseca ao grau de entendimento mútuo dos grupos presentes nos territórios (Gómez, 2017, p. 53), o que em sua significância quer dizer que, um grupo, entendido como coletividade, exerce poder sobre um espaço, em concomitância às regras estabelecidas para a organização dele (Gómez, 2017, p. 53, apud Souza, 2015, p. 84), desta forma, os grupos utilizam-se de ações que ocorrem em um espaço, dentro do território vivenciado, assim efetivando-se sobre ele, ou também, apropriando-se.

Dito isto, entendendo-se que as manifestações de poder estão intimamente ligadas ao significado de apropriação, do entender-se integrante de um espaço e agente de transformação do mesmo, assim parte-se do princípio de que para a criação de uma escola que fomente o desenvolvimento de uma ambiência restauradora, os grupos que compreendem a infância e a adolescência se façam presentes no estabelecimento de relações horizontais de identidade que lhes permitam compartilhar o poder e autonomia, de forma coletiva em conformidade com as relações determinantes do território (Gómez, 2017, p. 54).

Goméz ainda diz que segundo Duarte (Apud Goméz, 2017, p.48), um lugar é uma porção de um espaço que detém significância e que a ele são atribuídos valores. No caso do território esses valores refletem-se como cultura e todos os elementos presentes neste espaço deverão guiar-se a partir da cultura imposta pelo espaço (Duarte, 2022, Apud Goméz, 2017, p.47). Essas relações podem ser visualizadas a partir dos esquemas abaixo:

Figura 1 - Esquema de relação entre espaço, lugar e território



Fonte: Goméz, 2017, p.47

Desta forma, o território educacional articula-se a partir das apropriações que ocorrem intra e extramuros (Gerson, 2021, apud Costa, 2016, p. 23), no caso desta pesquisa é de suma importância a percepção acerca da apropriação dos espaços

internos da escola, como áreas sem uso, áreas verdes com potencial de uso e espaços que permitam a sua reformulação a partir de ações comunitárias ou pequenas reformas.

5.2.2 A APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES PELOS ALUNOS

Outro conceito muito importante nesta pesquisa, é o de apropriação do espaço. Sobre essa temática, Gerson (2021, p.62) coloca que, de acordo com Raffestin (1993, p.143), a formação do território só se faz possível devido ao espaço ao qual está inserido, e não só isso, mas também devido as interferências causadas pelas leituras que ocorrem pelos indivíduos atuantes e existentes neles, compreendendo-a como resultados de expressões de poder sobre o espaço.

Também é necessário entender a percepção que o aluno, esteja ele no local da infância ou adolescência, tem sobre os espaços escolares ao qual estão inseridos, fazendo com que sejam capazes de opinar nas políticas e no planejamento que acontecem dentro desses espaços, de forma coletiva e horizontalizada, haja vista que esse público é o principal utilizador dos espaços escolares.

5.1.3 A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO ESPAÇO ESCOLAR

Em um contexto geral, a percepção ambiental trata das formas como o ser humano percebe o ambiente ao qual está inserido, de acordo com Elali (INSERIR DATA) um conjunto de imagens mentais é responsável pela nossa organização cognitiva, fazendo com que a percepção ambiente se torne um elemento de suma importância na identificação de elementos e na experimentação ambiental. Assim, com o intuito de obter um maior entendimento acerca da percepção ambiental, que também ocasiona em uma maior compressão do tema da ambiência, citada anteriormente nesta pesquisa, fez-se uma análise do que é exposto por Elali sobre a temática.

É possível analisar a percepção ambiental por duas vertentes, a percepção, como um “conjunto de sensações, experiências, memória e sentimentos ligados ao contexto socio-físico, cultural e temporal experimentado pela pessoa com relação ao

lugar” (Elali, apud Tuan, 1980, p.05), ou a percepção analisada em relação aos sentidos humanos através dos sentidos básicos, sendo eles, visão, olfato, audição, tato e paladar (Gómez, 2017, Apud Weber, 1995, p.101).

Já no âmbito da educação, a autora Mayumi Souza Lima (1979), foi pioneira do tema da percepção ambiental voltada para a infância, em sua pesquisa ela analisou diferentes contextos escolares e a variedade de tipos de infâncias que aconteciam neles. Com isso, foi possível obter a constatação de que, as crianças que eram colocadas sobre estímulo, desenvolveram uma capacidade maior em relação aos processos de transformação espacial dos ambientes. (Gerson, 2021, apud, Lima, 1979, p. 145).

Ainda segundo Mayumi (1989) e correlacionando o seu pensamento à percepção ambiental citada por Elali, onde a autora diz que as relações que se formam entre criança e espaço são tão profundas, que mesmo depois de atingirem a fase adulta, as marcas causadas pelas vivências ocorridas nos ambientes, permanecem através da memória, percebe-se que este conjunto de sensações e experiências citado por Elali (Apud Tuan, 1980) é de suma importância na criação e desenvolvimento do psicológico da criança.

Por isso, esta pesquisa ressalta a importância da criação de uma ambiência favorável a formação psicológica do aluno, por meio de ambientes restauradores que sejam capazes de diminuir sensações que causam desgaste mental.

Proporcionar a vivência em ambientes que possibilitam a restauração do psicológico, quando vivemos em um mundo em constante mudança e de muitas pressões psicológicas, é de suma importância para a manutenção do bem-estar, principalmente quando voltamos os nossos olhares para os ambientes escolares, pois de acordo com uma reportagem¹ que avaliou os índices de transtornos de ansiedade nas escolas brasileiras, segundo o relatório do Programa de Avaliação Internacional

1 Conteúdo retirado do site da Revista Abril, no nicho de Saúde. Disponível em: (<https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/ansiedade-estresse-altos-escolas-brasileiras>)

de Estudantes, cerca de 56% dos entrevistados relataram sofrer com estresse no ambiente escolar, demonstrando níveis de ansiedade significativos (Revista Abril; Moraes, 2019).

A área que compreende os estudos voltados para o potencial de restauro que os ambientes têm sobre as pessoas, sofreu uma expansão nos anos 1980, a esta área de estudo deu-se a denominação de EPA (Estudo Pessoa-Ambiente). Esta área ficou conhecida no meio científico em decorrência das investigações decorridas nos estudos acerca dos atributos ambientais e como eles influenciavam nas percepções de bem-estar e nas sensações de prazer e desprazer causadas pelos ambientes (Silveira; Felipe, 2019, Apud Altman & Wohlwill, 1983; Kaplan & Kaplan, 1989, p.09).

De acordo com Silveira e Felipe (2019, p.09), os estudos que compreendem os fenômenos que ocorrem nos ambientes restauradores, iniciaram-se em meados dos anos de 1950, onde foram analisadas formulações teóricas que discutia temáticas voltadas sobre a estética dos ambientes, fatores estressores e preferencias ambientais.

Levando em consideração os estudos que envolvem o termo **ambiente restaurador** e para que se faça um maior aprofundamento na temática, é preciso compreender os conceitos expostos pelos pesquisadores Rachel e Stephen Kaplan e Roger Ulrich. Os conceitos trazidos pelos autores estão relacionados a teorias que buscam explicar o termo para que haja uma melhor compreensão, são eles; A teoria da restauração da Atenção (Attention Restoration Theory, ART – Kaplan & Kaplan, 1989) e a Teoria Psicoevolucionista. (Psychoevolutionary Theory, PET – Ulrich, 1984).

5.3 A TEORIA DA RESTAURAÇÃO DA ATENÇÃO

A teoria da restauração da atenção, como referenciado pelo termo, tem por objetivo restaurar um psicológico que foi afetado por um ou mais elementos estressores existentes no ambiente, ocasionando em fadigas mentais, por isso, precisam ser recuperados ou restaurados (SILVEIRA E FELIPPE, 2019, Apud Kaplan, 1995; 2001).

De acordo com Silveira & Felipe (2019, p. 13 a 14), Kaplan destaca que existem duas modalidades de atenção, sendo elas: A dirigida e a fascinação. Além disso ainda se considera quatro aspectos que permeiam as relações entre indivíduo e ambiente, sendo elas: O afastamento, a fascinação, a extensão e a compatibilidade.

O primeiro aspecto está relacionado à materialidade do afastamento, afastar-se de situações ou ambientes que provoquem o estresse, fazendo com que seja possível praticar o relaxamento e o descanso da atenção. O segundo diz respeito à fascinação, que é basicamente um tipo de atenção sem que haja esforço mental, fazendo-se natural e involuntária. Já o terceiro aspecto está relacionado à extensão, um pouco mais complexo, diz que o sujeito se percebe no lugar percebido, tendo duas possibilidades: A ocupação da visão ou por uma ação em determinado período prolongado de tempo, e o segundo objetiva ordenar e organizar a experiência, a fim de evitar impressões que poderiam vir a serem causadas pelo caos. E por último, a compatibilidade, quando ocorre uma ressonância entre ambiente e indivíduo, pois o ambiente existe uma inclinação positiva entre o indivíduo e as características do ambiente. O último aspecto, para que seja efetivado, precisa estar em compatibilidade com as subjetividades dos indivíduos, para que seja suficiente às percepções deles sobre a sua idealização de ambiente restaurador. (Silveira & Felipe, 2019 Apud Gressler, 2014; Kaplan, 1995).

Ainda sobre os tipos de atenção teorizados por Kaplan & Kaplan, é possível dividi-las em dois tipos, a atenção involuntária, que é o caso do aspecto relacionado à fascinação e, a atenção dirigida. Denomina-se atenção dirigida toda aquela atenção que é focalizada em uma atividade que causa pouco interesse ao sujeito, portanto, necessita-se de um esforço voluntário para que aconteça. Quando ocorre, este tipo de atenção tem o objetivo de inibir distrações, fazendo com que a pessoa se mantenha sempre na tentativa de inibir outras distrações.

Sendo assim, entende-se que, nos ambientes onde ocorre o relaxamento mental, a atenção exercida pelos indivíduos é a involuntária, ou, fascinação, pois é conduzida de forma natural, sem esforços, o que ocasiona no relaxamento, preparando e restaurando a mente para futuras situações em que seja a utilização da atenção dirigida, já que essa requer mais esforço mental e ocasiona em um desgaste

maior do indivíduo. Assim, quando existem ambientes propícios para o restauro mental, e para o alívio das situações de estresse, que estão comumente ligadas às características da atenção dirigida, Kaplan (citado por Silveira & Felipe, 2019, p.14) afirma que ocorre a melhoria do bem-estar individual.

5.3 A TEORIA PSICOLEVOLUCIONISTA

Bem como a Teoria da restauração da tensão, fortemente utilizada nos estudos e pesquisas científicas acerca dos ambientes restauradores, a teoria desenvolvida por Roger Ulrich (1984, Apud Silveira & Felipe, 2019), denominada Psicoevolucionista ou da restauração psicofisiológica do estresse focou-se em entender as respostas afetivas que se associavam às percepções visuais e estéticas de determinados ambientes (Silveira & Felipe, 2019, apud Ulrich, 1984, p.19)

Ulrich (1984, apud Silveira & Felipe), afirma que a recuperação do estado de estresse ao qual um indivíduo está submetido deverá ocorrer em decorrência de ambientes que proporcionem e permitam tal recuperação. Para o autor, o estresse configurasse como algo inerente à vida, tal qual, a sua restauração ou recuperação, pois as situações estressoras acontecem devido às pressões psicológicas criadas para resolvê-las e a falta de estratégias que possibilitem que as pessoas lidem com elas.

A teoria ainda propõe que as estratégias de restauração devem fazer com que um indivíduo seja capaz de “lidar com decisões, modelar comportamentos, emitir ou reprimir afetos, dentre outras possíveis manifestações”, com isso, seria necessário que este indivíduo, presente em uma situação estressora, causada por um meio ambiental ou por situações adversas à vida, tem a necessidade de cercar-se por elementos ambientais que façam com que a sua percepção da sensação de bem-estar seja apurada, para isso, estes ambientes precisam coexistir às características naturais ambientais, que proporcionem proteção, controle e movimentação (Silveira & Felipe, 2019, apud Ulrich et al., 1991, p.15), desta forma, só assim, um indivíduo conseguiria passar pelo processo de restauração do estresse.

Todavia, para que esta restauração ocorra, é necessário que se repense as configurações espaciais dos elementos construídos, já que, no que se refere à teoria

de Ulrich (apud Silveira & Felipe, 2019, p.16), a desconexão dessas configurações ambientais às necessidades humanas, impedem as manifestações caracterizadas como positivas e promotoras de bem-estar e, por isso, ocorre a diminuição da qualidade de vida dessas pessoas.

Mas, a teoria traz luz às soluções que poderiam ser implementadas nos ambientes, de forma que se criem elementos facilitadores da restauração do bem-estar. Para isso, (Ulrich et al., 1991; Van Den Berg & Custers, 2011, apud Silveira & Felipe, 2019, p.16) propõe alguns atributos:

Os elementos de moderada complexidade, dizem respeito aos elementos percebidos independentemente, com limites claros, ordem, superfícies pisoteáveis, pontos focais, uniformes e suaves (Silveira & Felipe, 2019, apud Ulrich, 1999, p.17). Aqui, existe a necessidade de que, mesmo à distância, os elementos ainda sejam facilmente perceptíveis visualmente, além disso, este ponto preza pela presença de vegetação e água e, pela inexistência de elementos que causem alguma sensação ameaçadora à restauração do psicológico.

Desta forma, a percepção sobre a importância dos elementos visuais é de suma relevância para a manutenção do bem-estar, pois torna-se um primeiro parâmetro cognitivo e que influenciará as noções individuais em relação ao ambiente, bem como, também funciona como um elemento impactante e súbito, de forma à proporcionar criação de afetos positivos e impulsionamento da motivação pelo interesse ao local, que seria a apreciação pelo cenário citada por Ulrich (et al., 1991), que juntamente a outros fatores, auxilia na preservação das energias vitais à sobrevivência.

Além disso, as alterações psicológicas causadas pela manutenção do estado de manutenção das situações estressoras também ocasionam em modificações fisiológicas, pois, como afirmam Grain & Stingsdotter (2003, Apud Silveira & Felipe, 2019, p.18) a ligação entre sistemas nervoso autônomo e emocional atuam diretamente na frequência cardíaca, pressão sanguínea e respiratória.

Assim, assume-se que, conseqüentemente, todos esses fatores de melhoria fisiológica e psicológica, causadas pelas mudanças ambientais, e que fazem com que os ambientes configurem-se de forma à compreender todos os elementos de diminuição do estresse, como demonstrado nas duas teorias citadas anteriormente, funcionariam como fatores de diminuição dos índices de ansiedade e outras condições causadas pelas situações estressoras existentes em ambientes escolares degradados ou que não atendem as expectativas dos indivíduos utilizadores de seus espaços.

Diante desta revisão bibliográfica sobre os fatores que ocorrem nos ambientes e incidem-se sobre o ser humano, em decorrência de suas configurações, este estudo, focado no ambiente escolar passará a analisar como o espaço escolar configura-se em sua integridade, no contexto atual por meio de um estudo de caso, como seus ambientes são formados, por que se formam, quem os forma, quais objetos existem dentro deles e o que ocorre dentro, desta forma, compreender-se-á, juntamente aos conteúdos expostos anteriormente os impactos positivos e negativos pela permanência das pessoas nesses espaços, enquanto utilizadores de sua forma existente integral e como é possível transforma-los para que tornem-se ambientes restauradores e para que funcionem de acordo com as necessidades de seus usuários. Para isso, primeiramente, partiremos para as análises propostas por Milton Santos² sobre os sistemas de objetos e ações que ocorrem nos espaços.

² Análises retiradas do livro *A natureza do Espaço, técnica e tempo, razão e emoção*. (Milton Santos, 2006)

6 A UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES E SEUS SISTEMAS E OBJETOS.

Milton Santos (2006), em seus estudos voltados para o funcionamento do espaço, colocou a análise do “dentro” como imprescindível para a identificação da natureza deste, bem como, para afunilar a suas teorias, devido a vastidão de significados existentes acerca do tema. Sobre espaço, Milton Santos (2006, p.12) afirma:

Como ponto de partida, propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Através desta ambição de sistematizar, imaginamos poder construir um quadro analítico unitário que permita ultrapassar as bigudices e tautologias. Desse modo estaremos em condições de formular problemas e ao mesmo tempo de ver aparecer conceitos (...) (Milton Santos, 2006, p.12 apud G. Canguilhem, 1995)

Neste contexto, as ferramentas propostas por Santos para o entendimento daquilo que configura um espaço, demonstram grande importância para a compressão das configurações espaciais escolares, pois, ao afirmar que o espaço se faz a partir de um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações, o autor reitera que para que possamos analisá-los é preciso reconhecê-los internamente e para isso, é preciso caracterizar algumas ferramentas úteis nesse processo (2006, p.12 e 13).

6.1 AS DIFERENÇAS ENTRE PAISAGEM E ESPAÇO, UMA ANÁLISE IMPORTANTE.

No contexto desta pesquisa, onde as análises de lugar, espaço e paisagem nas configurações escolares são de extrema importância para a criação de uma ambiência restauradora e do desenvolvimento de afetos e sociabilidades em relação ao ambiente habitado escolar, é preciso destrinchar alguns termos que determinam inúmeros fatores tanto na forma escolar, quanto no seu funcionamento e nas relações entre pessoa e ambiente. Para isso, Milton Santos separou algumas ferramentas necessárias na análise no espaço.

Dentre estas ferramentas, duas são mais importantes na formação desta pesquisa, são elas: A paisagem e a definição de espaço. Como exposto anteriormente e colocado pelo próprio Milton Santos, o termo Espaço foi difundido com significados

muito abrangentes, muitas vezes definido como lugar ou território, ou mesmo como paisagem. Mas, o geografo, citado pela arquiteta Ana Beatriz Goulart Faria (2019), nos coloca a definição de espaço como algo que resulta das ações dos seres humanos sobre o espaço, que utilizando-se de seus objetos, naturais ou artificiais, concretizam relações entre espaço e pessoa.

6.2.1 A PAISAGEM

Definida por Milton Santos como materialidade, a paisagem possui relações intrínsecas ao espaço, mesmo não sendo-o e muitas vezes confundindo-se com seu significado, quando na verdade são complementares, pois, o espaço depende da interação entre pessoa e paisagem para existir.

Assim, com o exposto, a pesquisa guia-se a compreender a funcionalidade dos espaços escolares para posterior aplicação dos processos de revitalização, entendendo a suas finalidades, os seus usos e as ações que ocorrem neles, pois, ao observar como se dão a criação, a revitalização e sua utilização, identifica-se alguns padrões que necessitam de atenção, pois, muitas vezes, espaços são revitalizados ou criados a fim de servir como melhoria nas revitalizações, mas acabam sucumbindo ao desuso, devido à falta da participação coletiva, da sociedade que o habita, nos processos de reconhecimento dos seus objetos, usos e ações. Por isso, iremos analisar os espaços sobre a ótica de Milton e Faria.

6.3 OBJETOS E AÇÕES, A ANÁLISE DOS ESPAÇOS ESCOLARES QUANTO AOS SEUS USOS E FUNÇÕES.

Quando Milton Santos (2006) coloca que existe uma tendencia ao estranhamento do espaço quando os objetos e as ações não interagem entre si, ele também nos convida a questionar os usos dos locais de acordo as funções que atribuímos aos elementos que os constituem, pois, isso definirá a influência que este espaço terá sobre quem o habita.

Assim, é importante perceber as funcionalidades atribuídas aos espaços durante os processos de revitalização escolar, levando em consideração

questionamentos decorrentes das necessidades urgentes dos alunos, como: Onde precisam ser criadas áreas de convívio? Quais áreas precisam da implementação de um paisagismo mais denso? Os mobiliários desses espaços atendam às necessidades dos usuários? Questionamentos estes, que surgem quando a comunidade escolar se envolve nesse processo, tomando posse dos espaços e refletindo a partir de configurações arquitetônicas e paisagísticas os seus anseios sobre os ambientes.

Sendo assim, o indivíduo toma consciência sobre a suas expectativas acerca do processo de revitalização, quando entende a funcionalidade dos espaços de acordo com os objetos existentes eles. Por exemplo, uma área da escola com potencial de recreação, convívio ou outra atividade, que se encontra tomada por vegetação rasteira e que sofre insolação direta, causando desconforto térmico, pode ser revitalizada utilizando mobiliários de materiais naturais, como madeira de demolição e uma cobertura em tela coberta com uma trepadeira, causando sombra, dessa forma cria-se um local de socialização ou mesmo de aula., como é o caso da Escola Estadual Luís Antônio, em Natal/RN, onde medidas parecidas foram implementadas com a participação dos alunos e professores.

7 AS REVITALIZAÇÕES ARQUITETÔNICAS COMO ELEMENTOS RESTAURADORES DO ESPAÇO ESCOLAR.

De acordo com Beghetto e Hoeller (2016), as revitalizações dos ambientes, sejam eles externos ou internos, ocasionam a melhoria das relações sociais e da relação pessoa e ambiente.

Sendo assim, de antemão, é preciso compreender o que vem antes do processo de revitalização, que são os questionamentos que devem surgir antes da prática e execução. Dentre estes questionamentos, cabe salientar a maneira que cada indivíduo percebe o ambiente e as sensações causadas por eles.

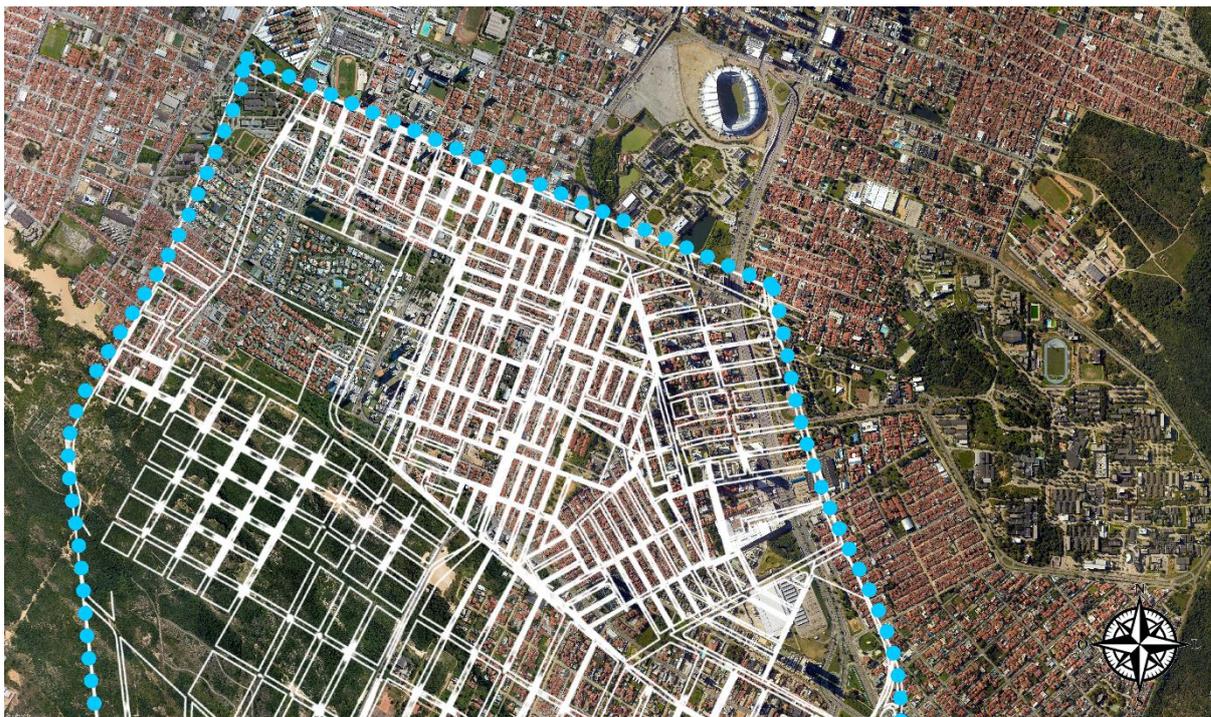
Ademais, as revitalizações ocorrem quando são colocadas em prática algumas medidas para que seja possível recuperar um ambiente degradado e torná-lo atrativo funcionalmente e esteticamente, reintegrando-o ao contexto geral do espaço.

8 ESTUDO DE CASO DIRETO NA ESCOLA ESTADUAL LUÍS ANTÔNIO

8.2 A ESCOLA: ESTUDOS IN LOCO

Localizada em Natal/RN, no bairro de Candelária (ver figura 2), situada dentro da região administrativa Sul da cidade, tendo como acesso principal a Rua Alamanda, a escola Estadual Luís Antônio compreende turmas do 5º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio, tendo uma média de 500 alunos matriculados.

Figura 2 - Mapa de situação do bairro de Candelária



Fonte: Base cartográfica do Google Earth, 2015. Elaborado pela autora, 2023.

Figura 3 - Mapa de situação da escola



Fonte: Base cartográfica do Google Earth, 2015. Elaborado pela autora, 2023.

A escola, fundada no ano de 1978, mediante decreto nº 7.316, de 13 de abril, passou por percalços no que diz respeito à preservação de sua estrutura e no próprio desenvolvimento de uma ambiência agradável que buscasse proporcionar uma melhor qualidade de vida aos alunos e à comunidade. No decorrer de sua história passou por oscilações relacionadas à degradação dos ambientes pelo tempo, pela falta de manutenção ou pelos próprios alunos.

No decorrer das investigações acerca da história da escola, em visita técnica, a autora pôde conversar com funcionários e frequentadores da escola sobre tempos passados às revitalizações realizadas na antes do ano de 2019. Alunos e funcionários relataram que em meados dos anos 90, a escola passava por uma situação caótica de descontrole dos alunos, degradações e que também era o foco de uma certa poluição sonora, causada pelos alunos, que alcançava outras ruas circundantes.

Além disso, após os anos 90 a escola sofreu com a diminuição do número de matrículas, resultante de diversas variantes. Dentre estes fatores pode-se dizer que, o direcionamento das crianças do bairro à rede privada e o afastamento da população do bairro da escola, muito relacionado às condições de precariedade em que a escola se encontrava foi um dos fatores decisivos para que os habitantes de Candelária abandonassem a escola. Ademais, após o afastamento de uma população de classe média da rede de ensino pública no contexto em que está o bairro, também se observa que com a continuidade desse processo a população foi envelhecendo e o número de crianças diminuindo, o que também ocasionou em um déficit das matrículas (figura 04).

Até o início do ano de 2019, a melhoria da situação de abandono e pouca frequência da escola ocorria vagarosamente, porém, um morador do bairro, advogado, observou a situação da escola e buscou entender como poderia realizar revitalizações com o apoio da comunidade interna à escola, para torná-la mais atrativa e agradável aos alunos. Dessa forma, iniciou-se o projeto social Seja a Escola, que objetivou a revitalização dos ambientes degradados da escola.

8.2 A REVITALIZAÇÃO DA ESCOLA, A PARTIR DO ANO DE 2019.

- O PROJETO SOCIAL “SEJA A ESCOLA”

Com o objetivo de revitalizar os ambientes internos da Escola Estadual Luís Antônio, criou-se o projeto social Seja a Escola. Com início em 2019, o projeto desenvolveu propostas de revitalização com a participação coletiva dos alunos, funcionários, e prestadores de serviço. Estes processos de revitalização ainda ocorrem, porém, já é possível compreender os impactos causados pelos ambientes desenvolvidos e as ambiências criadas em decorrência disso. Além disso, a coordenação da escola afirmou que o número de matrículas na escola aumentou desde 2019, não tendo ocorrido evasões, tendo aumentado também o número de alunos de educação especial, como observa-se na tabela seguinte:

Figura 4 – Tabela de matrículas por ano

Tabela de matrículas de 2019 à 2022					
ANO	PROFESSORES	ANOS FINAIS	ENSINO MÉDIO	EDUCAÇÃO ESPECIAL	TOTAL DE MÁTRICULAS
2019	--	174	78	16	268
2020	28	178	120	18	316
2021	07	154	175	19	348
2022	31	232	189	26	447

Fonte: Censo Escolar 2022, INEP. Representação gráfica da tabela alterada pela autora.

Figura 5 - logotipo do projeto Seja a Escola



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

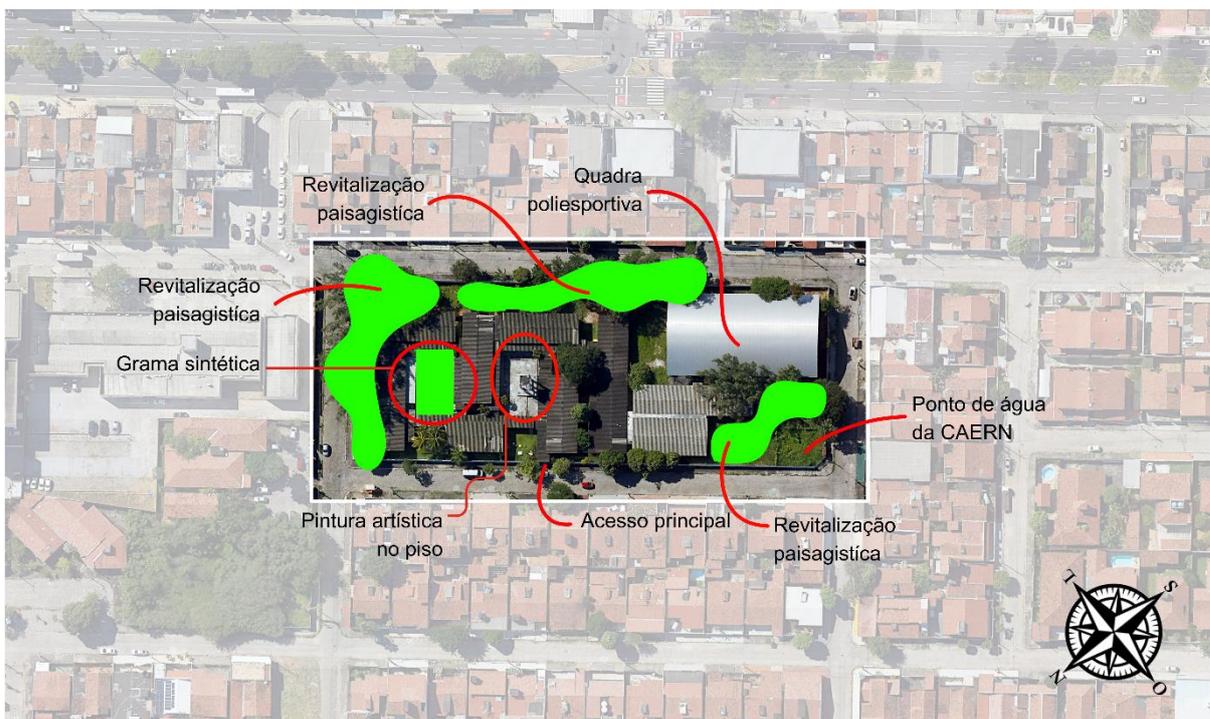
- COMO SE DERAM AS REVITALIZAÇÕES

Com às revitalizações realizadas estrategicamente e pontualmente a fim de abranger toda a escola, o projeto focou-se, inicialmente, nas áreas de convívio e circulação, como as áreas verdes e os pátios além da criação de uma horta e um pomar. Após esse processo, as estratégias voltaram-se para o desenvolvimento de salas de atividade coletiva, como a sala de xadrez e dança (essa última, ainda encontrasse em desenvolvimento. Atualmente os ajustes estão sendo feitos nas salas voltadas aos locais tradicionais de aula, com a criação de laboratórios voltados para as quatro áreas do conhecimento fundamental.

- OS AMBIENTES REVITALIZADOS

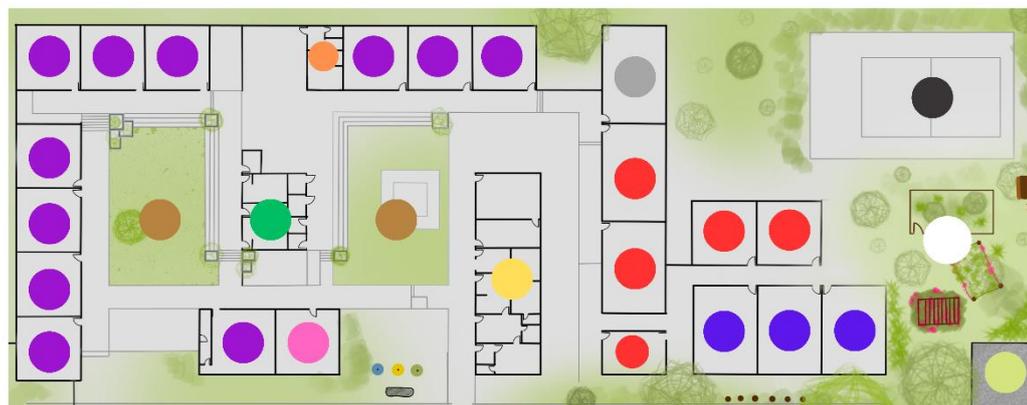
Para dar início às observações acerca das melhorias ambientais vistas na escola, serão analisados os ambientes existentes e os novos.

Figura 6 - Vista aérea da escola no ano de 2015 + algumas intervenções realizadas depois do ano de 2019



Fonte: Base cartográfica do Google Earth, 2015. Adaptado pela autora, 2023.

Figura 7 - Mockup da escola

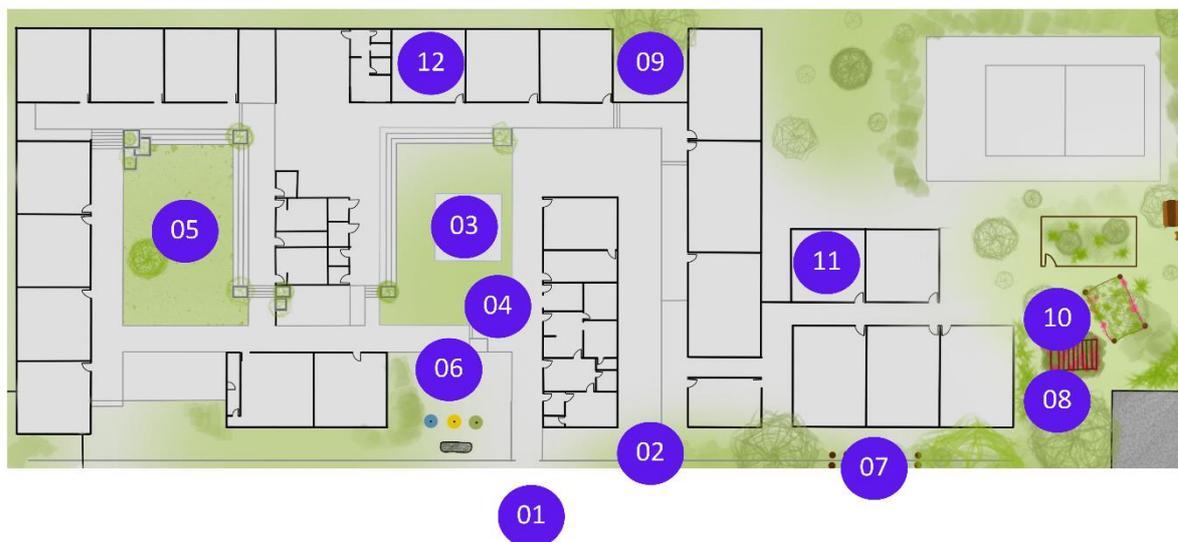


FONTE: PLANTA BAIXA FORNCIDA PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO RN. ALTERADO PELA AUTORA

- | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
|  | SALAS DE AULA |  | PÁTIOS |  | SALA DE VÍDEO |  | PONTO DE ÁGUA |
|  | COZINHA E SERV. |  | ADMINISTRATIVO |  | QUADRA POLIESPORTIVA |  | HORTA |
|  | BANHEIROS E LAV. |  | LABORATÓRIO |  | NÍVEL TÉCNICO | | |

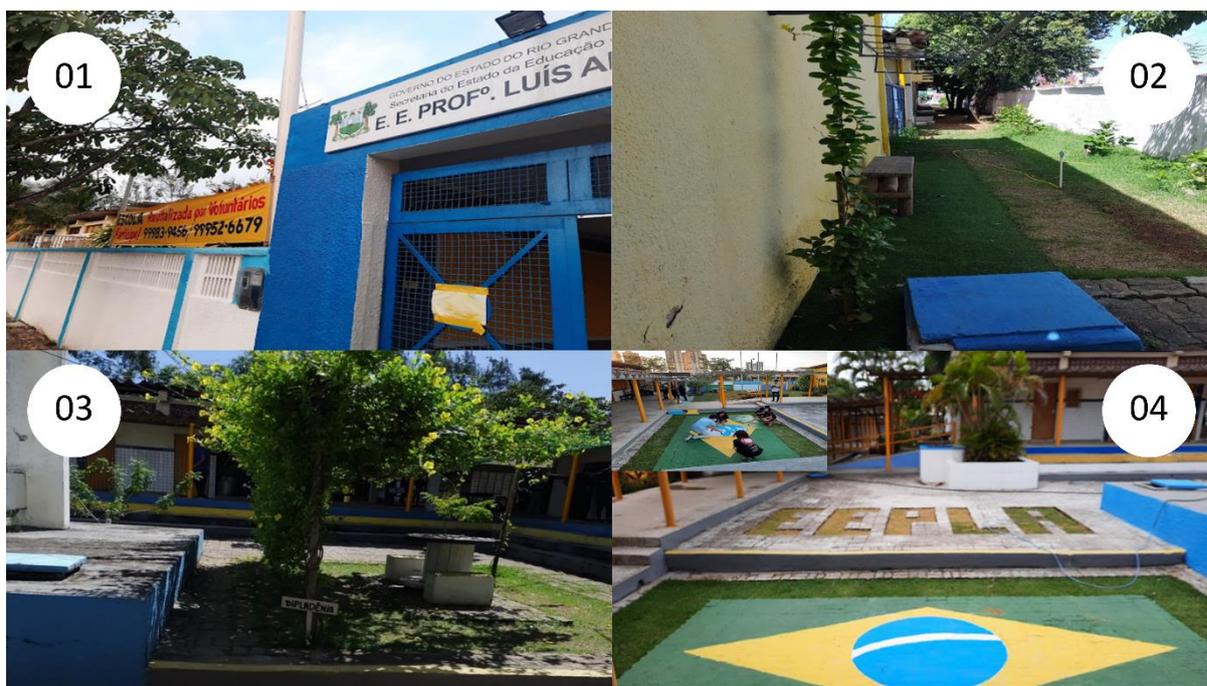
Fonte: Adaptado pela autora. 2023. Arquivo de CAD disponibilizado pela Secretaria de Educação do RN.

Figura 8 - Mockup da escola com a localização das plantas



Fonte: Adaptado pela autora. 2023. Arquivo de CAD disponibilizado pela Secretaria de Educação do RN.

Figura 9 - Imagens da escola (externas)



Fonte: Acervo da autora. 2023.

Figura 10 - Imagens da escola (externas)



Fonte: Acervo da autora. 2023.

Figura 11 - Imagens da escola (externas)



Fonte: Acervo da autora. 2023.

Áreas externas: Foi feita uma grande manutenção das áreas verdes, removendo vegetações densas que se apossaram de algumas áreas da escola e que

impediam a realização de atividades externas pelos alunos. Nessas áreas, manteve-se a vegetação rasteira, onde é feita uma manutenção para preservação desse aspecto, além disso, o projeto implantou um paisagismo intuitivo que se adaptou muito bem as questões climáticas e trouxe uma visibilidade agradável aos locais. Por fim, ainda se criou uma horta e pomar, com uma diversidade de plantas alimentícias que podem ser cuidadas e colhidas pela comunidade da escola e do bairro.

Figura 12 - portão de acesso principal



Fonte: Paulo Humberto Pinheiro de Souza, 2021.

Figura 13 - arte feita no piso



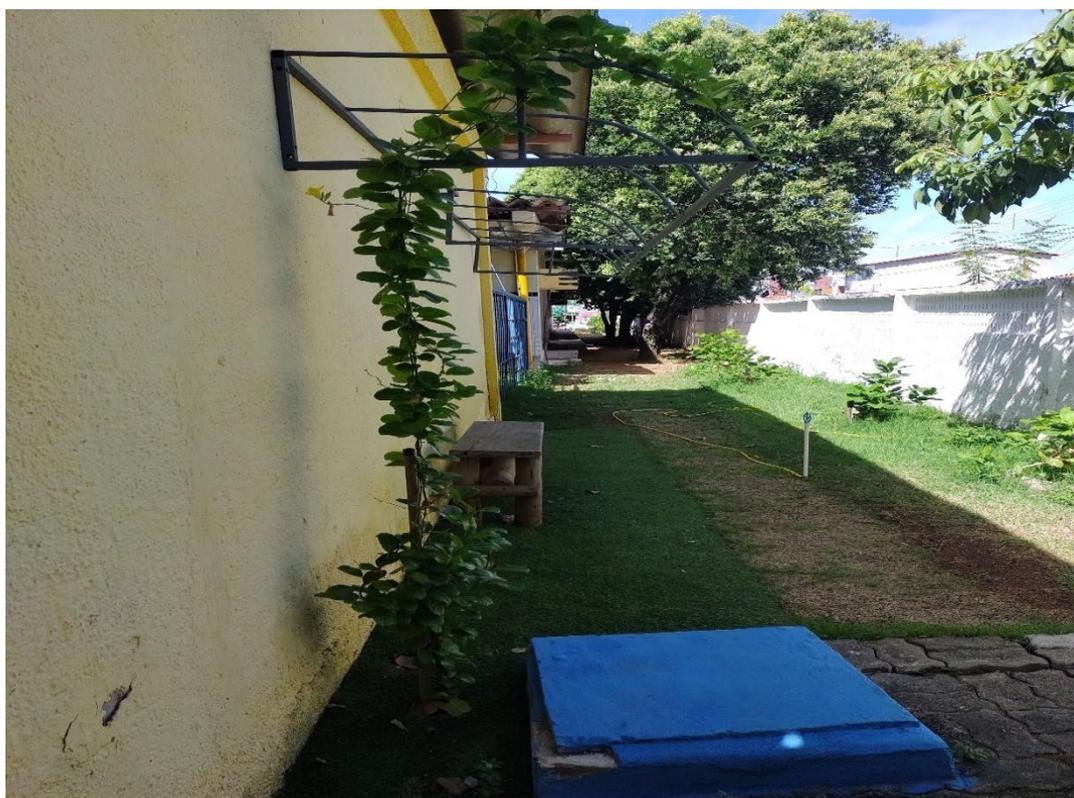
Fonte: Paulo Humberto Pinheiro de Souza, 2021.

Figura 14 - Inserção de vegetação



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 15 - Acesso lateral direito à entrada da escola



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 16 - Acesso ao pomar e horta



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 17 - Pátio aberto com gramado sintético



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Em alguns ambientes externos foi utilizado o gramado sintético, para que fosse possível uma diminuição dos custos com manutenção e uma maior durabilidade

do aspecto gramado. Todavia, o elemento sintético não ocasionou na perda da identidade ambiental do local, pois integrou-se à estética e não ocasionou em grandes diferenças relacionadas às sensações físicas táteis quando comparada à grama natural.

Figura 18 - Gramado lateral à esquerda da estrada principal



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 19 - Sala de aula ecológica



Fonte: Paulo Humberto Pinheiro de Souza, 2021.

Ainda analisando as questões acerca da criação de uma ambiência agradável ao ensino e aprendizagem, a autora observou que alguns ambientes que foram criados seguem as teorias que sugerem a utilização de elementos para a restauração do estresse, da atenção e que conseqüentemente tornam-se restauradores.

Como exemplo, cita-se a sala de aula ecológica, criada com troncos de demolição, as cadeiras e mesas compõe um ambiente agradável termicamente devido à vegetação arbórea existente. Além de ser utilizada para aulas de ciências biológicas, o responsável pelo projeto Seja a Escola alegou que a existência da sala teve grande importância durante o contexto pandêmico da COVID-19, por se tratar de um local arejado e ventilado.

Passando pela sala de aula ecológica, segue-se para a horta e pomar, onde encontra-se uma diversidade de frutas e vegetais, bem como, flores que são cuidadas por voluntarias e alguns alunos. Além de servir como fonte de alimento, a criação da horta também possibilita um maior conforto térmico, devido à grande variedade de vegetação que existe no local.

Figura 20 - Roçado dos alunos



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 21 - Horta comunitária



Fonte: Acervo da autora, 2023.

- **AMPLIAÇÃO DA ESCOLA, NOVAS SALAS DE RECREAÇÃO.**

Em relação à criação de novos locais de socialização e aprendizado, foram feitas e ainda estão sendo feitas, algumas salas, como, a sala de xadrez e a sala de dança. Durante a visita à escola, foi observado que mesmo com materiais de muita qualidade e um ambiente propício às atividades destinadas a eles, constatou-se a não utilização da sala de xadrez pelos alunos. Assim, podemos retornar à proposta de Milton Santos em relação aos objetos e ações de um ambiente, pois, é necessário também observar o uso do espaço em relação às expectativas dos usuários. Dessa forma, propõe-se que se repense a utilização desse ambiente. Mesmo assim, a sala possui artifícios benéficos à criação de uma boa ambiência, como o controle acústico, pois possui isolamento nas paredes e esquadrias em vidro para entrada de iluminação natural.

Figura 22 - Sala de xadrez



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 23 - Sala de xadrez



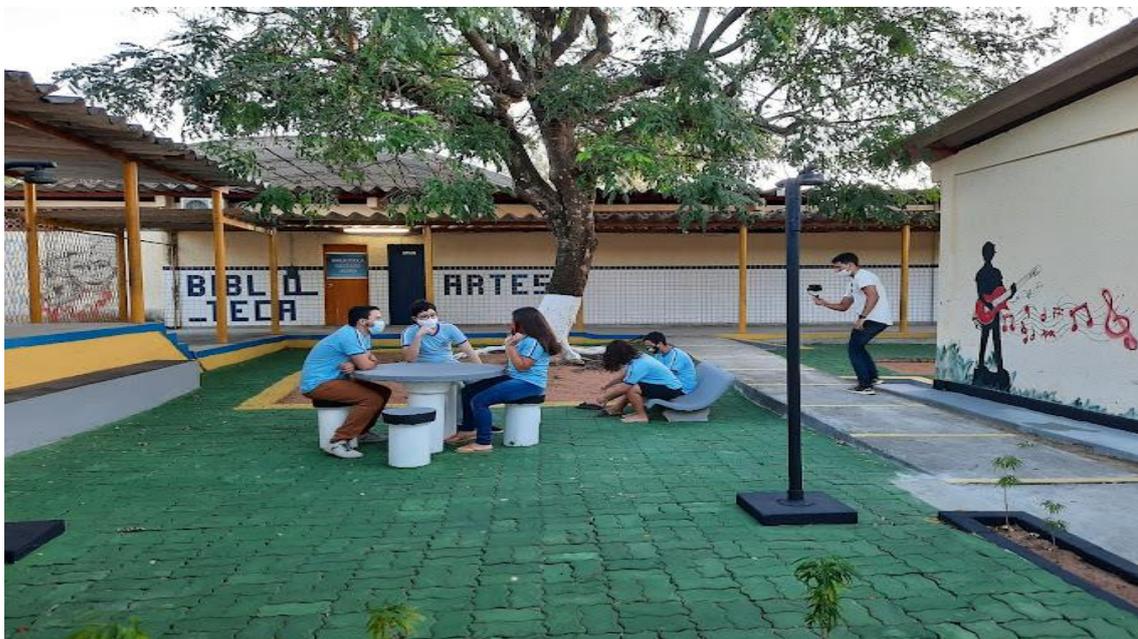
Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 24 - Alunos voluntários fazendo pintura no chão



Fonte: Paulo Humberto Pinheiro de Souza, 2021.

Figura 25 - Alunos voluntários fazendo pintura no chão



Fonte: Paulo Humberto Pinheiro de Souza, 2021.

Figura 26 - Alunos voluntários fazendo pintura no chão



Fonte: Paulo Humberto Pinheiro de Souza, 2021.

9 ESTUDOS DE REFERÊNCIA

9.1 ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO DIRETO

Inicialmente o estudo de referência na escola teve como objetivo observar as revitalizações arquitetônicas e paisagísticas feitas pelo projeto social Seja a Escola para constatar a melhorias dos espaços revitalizados e o impacto que isso proporcionou à aceitabilidade dos espaços da escola pelos alunos e novatos, já que o número de matrículas também aumentou.

Assim, após aprofundamento nas temáticas discutidas no decorrer da presente pesquisa, foi possível analisar os pontos positivos e negativos das revitalizações feitas pelo projeto.

Como primeiro ponto, deve-se citar que as revitalizações realizadas se focaram primeiramente na área externa da escola (como demonstra a sequência de fotos do capítulo anterior). Para esses ambientes foram feitas modificações na vegetação, que se encontrava densa e desordenada. Nestas áreas foram removidas vegetações rasteiras e inserida grama, a fim de criar locais caminháveis. Além disso algumas árvores foram removidas e tiveram seus caules reutilizados na criação de espaços de contemplação e de uso didático (bancos e mesas). Também foram colocados diversos tipos de vegetações com floração, além de Plantas alimentícias. Um ponto interessante nesta parte é a criação de um espaço de roçado, solicitado por alguns alunos que realizam a atividade no local e coletam o alimento produzido (o espaço foi denominado de “Roçado dos meninos”).

Estes espaços verdes, como é visto em psicologia ambiental e na teoria da restauração da atenção Silveira & Felipe, 2019 Apud Gressler, 2014; Kaplan, 1995), proporcionam sensações de relaxamento e desconexão de elementos estressores, proporcionando ambientes que são capazes de restaurar a psiquê das sensações de estresse. Assim, este tipo de espaço é de suma importância na criação de uma ambiência escolar restauradora.

Todavia, a execução do projeto focou-se em revitalizações sem um plano de ação de participação coletiva, ou seja, sem a participação efetiva dos alunos, discentes e funcionários. Por isso, durante o encaminhamento da pesquisa, surgiram alguns questionamentos sobre a necessidade e às demandas reais do público-alvo das revitalizações.

Como exemplo disto, temos a sala de xadrez. Durante a visita, observou-se que a sala estava plenamente reformada, mas, sem uso, pela não utilização pelos alunos. Por isso os questionamentos surgem quando analisando pela ótica de Milton Santos sobre os usos e objetos que compõem os espaços, passa-se a perceber a necessidade de uma participação coletiva nos processos de sugestão e modificação dos espaços da escola.

Assim, mesmo trazendo benefícios para o ambiente escolar, as revitalizações precisam passar por processos coletivos e participativos a fim de atender necessidades e expectativas, e para além disso, fomentar a identidade territorial daqueles que habitam estes lugares.

9.2 ANÁLISE DOS REFERENCIAIS EMPÍRICOS

Para a elaboração do plano de diretrizes, foi realizado um estudo de referências voltado para prática de identificação do território educacional e que obteve resultados satisfatórios de acordo com os tópicos propostos. O trabalho Decodificando o Território realizado a nível urbano teve como objetivo principal realizar um processo intuitivo de compreensão da leitura espacial pelo coletivo, a fim de utilizar o arquiteto e urbanista como uma ferramenta de apoio para os agentes participativos do processo.

Para isso utilizou-se de ferramentas como o mapeamento e atividades práticas, objetivando tornar este processo mais fluido e de fácil entendimento pelos alunos e comunidade. Assim, sendo possível identificar as demandas deste público em relação ao ambiente escolar e seu entorno.

Figura 27 - Crianças fazendo apontamentos



Fonte: Projeto Decodificando o Território

Figura 28 - Crianças realizando a materialização por meio de maquetes



Fonte: Projeto Decodificando o Território

Figura 29 - Croquis mostrando as propostas dos alunos para os espaços



Fotografia de espaço existente no bairro, mapeado como ponto com potencial para as crianças e a para toda a comunidade.



Cenário desenvolvido a partir das soluções propostas pelos alunos e do olhar técnico da graduanda em arquitetura e urbanista e os demais educadores do grupo de atuação.

Fonte: Projeto Decodificando o Território

Figura 30 - Croquis mostrando as propostas dos alunos para os espaços



Desenho do espaço existente ao redor da escola onde a experiência foi realizada



Cenário desenvolvido a partir das soluções propostas dos alunos e do olhar técnico da graduanda em arquitetura e urbanismo

Fonte: Projeto Decodificando o Território

Além do mais, também foram utilizadas como fonte de pesquisa referencial, os materiais disponibilizados no site do CAU Educa, que apresenta um concurso com a seguinte definição: A motivação do concurso tem origem no trabalho desenvolvido pela CPUA-CAU/BR desde o ano de 2018, que definiu um programa de educação continuada a longo prazo para construção de uma consciência urbana e ambiental no ensino fundamental. Chamado de “CAU-Educa”, o projeto definiu uma metodologia e os formatos de material paradidático sobre Educação Urbanística para crianças, conforme descrito no Regulamento Geral. (CAU Educa, 2018).

10 A RELAÇÃO ENTRE ESTUDANTE E ESCOLA PÚBLICA: A PROBLEMÁTICA DA EVASÃO.

10.1 COTENEXTO E PROBLEMÁTICA

A cronicidade da evasão escolar é um problema latente nas instituições escolares brasileiras (DIGIÁCOMO, 2005). De acordo com a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), dados fornecidos pelo Ipec informam que dois milhões de jovens, com idades entre 11 e 19 anos, evadiram-se da escola enquanto cursavam o ensino básico (UNICEF, 2022, São Paulo). São inúmeros os fatores relacionados à evasão escolar no Brasil, não sendo possível, desta forma, definir um fator principal, já que cada indivíduo sofre interferências individuais diferentes, relacionadas a fatores externos e internos ao ambiente escolar (FILHO; ARAUJO, 2017). Segundo o Inep/MEC (Censo Escolar, 2007) apenas 1,8 milhão de alunos matriculados no ensino médio finalizam o nível médio de ensino, em relação a um número de 3,6 milhões.

Fatores internos e externos, como drogas, tempo na escola, sucessivas reprovações, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdo escolar, alcoolismo, localização da escola, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho, podem ser considerados decisivos no momento de ficar ou sair da escola, engrossando a fila do desemprego. O censo escolar de 2007 (Inep/MEC) afirma que a evasão escolar entre jovens é alarmante. (FILHO; ARAUJO, 2017).

Entende-se que o ato de se evadir significa abandonar ou não permanecer em algum lugar, sair, desistir (RIFFEL E MALACARNE, 2010). De acordo com FILHO e ARAUJO (2017) o abandono escolar ocorre com o desligamento não permanente do aluno, ou seja, em algum momento ele retornará aos estudos. Porém, no caso da evasão, o desligamento da instituição educacional é definitivo, é visto como um ato de deserção (JOSÉ; BROILO; ANDREOLI apud Inep). A situação socioeconômica em que se encontram os jovens evadidos ou os possíveis invasores é um dos motivos de evasão escolar mais discutidos sobre o tema, juntamente com o índice da violência dentro das escolas localizadas em áreas urbanas (FILHO; ARAUJO, 2017). Dentre as nuances que se mostram determinantes para a continuação do processo denominado de evasão escolar Ferreira (2013) ilumina alguns fatores determinantes:

(i) escola (não atrativa, autoritária, com professores despreparados, insuficiente, com ausência de motivação); (ii) aluno (desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez); (iii) pais ou responsáveis

(não cumpridores do pátrio poder, desinteressados em relação ao destino dos filhos); (iv) social (trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues, etc). (FERREIRA, 2013)

Ferreira (2013) define como primeiro motivo para a evasão do aluno do ambiente escolar, a escola, pois confere a ela um dos principais fatores para a não permanência do aluno neste espaço, definindo um ambiente propício à evasão como não atrativo, insuficiente e com ausência de motivação. Essas definições levam em consideração também a colaboração entre o pedagógico e o material, que devem estar integrados de forma a proporcionar a melhoria da qualidade do ensino e da vivência dos alunos na escola, devendo estar presentes no processo a instituição escolar, a diretoria de ensino (Estado) e a Secretaria de Educação (no âmbito municipal).

Quando a evasão dos alunos ocorre em razão da escola (incluindo a parte pedagógica, pessoal e material), devem atuar diretamente para solucionar o problema, a própria ESCOLA, a DIRETORIA DE ENSINO (Estado) e SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (no âmbito municipal), visando a melhoria do ensino, para torná-lo mais atraente ao aluno evadido. (FERREIRA, 2013)

Para além destes fatores, a UNICEF destaca que os assuntos relacionados à saúde mental dos docentes precisam ser analisados de forma urgente, pois cerca de 80% dos alunos questionados durante pesquisa de análise quantitativa realizada pelo Ipec (2022) relataram a necessidade de apoio psicológico aos estudantes. Dentre os motivos relatados para a evasão, é interessante para o escopo desta pesquisa, ressaltar os seguintes tópicos presentes nos dados fornecidos pelo Ipec: A escola vista como desinteressante, falta de acolhimento no ambiente escolar e a falta de infraestrutura nas edificações. Vale salientar que 32% dos alunos entrevistados na pesquisa do Ipec (2022) residem no Nordeste do país, região onde se encontra a cidade alvo desta pesquisa.

O sucateamento das instituições educacionais acarreta diversos problemas no que se refere ao uso das estruturas das escolas, para além disso, a qualidade desses ambientes interfere diretamente na perspectiva que os indivíduos frequentadores desses espaços têm sobre ele, principalmente sobre os alunos. PAES e BASTOS (2013) destacam que o reconhecimento da importância do ambiente é essencial para o entendimento dos processos educativos, bem como o entendimento sobre os conceitos que envolvem a ambiência aplicada ao espaço escolar.

A ambiência escolar deve não apenas atender a função, mas permitir a fruição de seus espaços; sendo oferecidos ambientes confortáveis, saudáveis, seguros, acolhedores, estimulantes, convidativos, interativos e propícios às relações interpessoais. (PAES; BASTOS, 2013).

11 PROPOSTA PROJETUAL

Neste trabalho foi utilizado o conceito de adequação sociotécnica, que ocorre quando um profissional detentor de conhecimento científico repassa esse conhecimento para grupos sociais. Neste contexto, o profissional de arquitetura servirá como alicerce para promover a análise do ambiente escolar de forma objetiva envolvendo toda comunidade escolar, pois desta forma, será possível que haja uma colaboração mútua entre arquiteto e sociedade para assim atingir o objetivo geral desta pesquisa, a revitalização dos espaços escolares por meio da ação coletiva e social.

A cartilha e a sua metodologia de aplicação também proporcionarão certa independência aos núcleos escolares, de forma que a comunidade escolar consiga compreendê-la sem auxílio de terceiros, mesmo não descartando o papel significativo do olhar técnico do arquiteto e urbanista neste quesito para a aplicação das fases de revitalização da escola. Mesmo assim, a cartilha orientará o leitor ao que se faz possível e praticável, à medida que se observa a complexidade das necessidades de revitalização, guiando-o ao que se pode fazer por conta própria pela escola e quando é necessária a intervenção dos órgãos responsáveis durante as propostas de revitalização.

Além disso, os resultados obtidos através da atuação da escola por meio dos direcionamentos da cartilha, poderão servir também como material de acervo para a Secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, direcionando o órgão à compreensão das necessidades específicas da escola em questão. Facilitando, desta forma, o conhecimento do que ocorre intramuros escolares, tendo em vista que as demandas do órgão em relação às escolas são proporcionalmente equivalentes à quantidade de escolas e suas problemáticas.

Para isso, a cartilha divide-se em três diretrizes principais, a Reunião, o Reconhecimento e a Revitalização, que se subdividirão em outros tópicos, funcionando como uma metodologia. Desta forma, a cartilha seguirá os seguintes tópicos:

11.1 REUNIÃO

Parceria com a universidade: Como primeiro ponto, a cartilha apresenta a proposta de fomentar o contato da universidade nos processos de revitalização da escola, servindo como ponte entre a comunidade, o conhecimento técnico e o poder público.

Apresentação do projeto: Primeiro contato da comunidade escolar com a proposta do plano de diretrizes e sua metodologia, apresentado por arquitetos e universitários.

Organização dos agentes participativos: Após o primeiro contato, haverá a organização dos agentes participativos (docentes, corpo técnico, comunidade escolar, alunos...), para que se possa seguir os próximos passos.

11.2 RECONHECIMENTO

Diálogo com os agentes e comunidade: Servirá para a organização dos grupos de atuação, será feita a reunião desses grupos para que ocorram discussões sobre o ambiente escolar e suas problemáticas.

Reconhecimento das necessidades: Seguirá o passo anterior, buscando compreender e relacionar as problemáticas às necessidades expostas durante o diálogo.

Análise pela equipe técnica: Os resultados das discussões com a comunidade deverão ser analisados pelo corpo técnico, a fim de reconhecer as possibilidades de intervenção na escola e observar o que será necessário e viável para a realização das revitalizações, buscando orientá-los.

11.3 ATIVIDADE 01: DESCOBERTAS

Descobrimo os percursos: Na primeira atividade, deverá ser feito um passeio pelo terreno da escola e pelo edifício, seguindo um percurso, desde a entrada principal, salas de aula, corredores, áreas vazias, etc.

Registros fotográficos, vídeos e anotações: Durante o passeio os integrantes deverão registrar as problemáticas encontradas nos ambientes por meio de fotos, vídeos e anotações.

Documentação: Com os registros em mãos, os agentes participativos responsáveis pela área técnica, deverão reunir essas informações em forma de relatório, agrupando e descrevendo-as de acordo com os resultados da atividade “Descobrimo os percursos”

Mapa da escola: Com uma planta baixa impressa da escola, os participantes da etapa “Descobrimo os percursos” se utilização de canetas, fotos impressas, papeis adesivos, dentre outras ferramentas, para apontar os locais e suas problemáticas, localizando-as.

Exposição das descobertas à comunidade: Expor à escola e aos agentes participativos as descobertas ocorridas durante todo o processo anterior.

11.4 ATIVIDADE 02: MATERIALIZAÇÃO

A ilha real e a ilha ideal + Mapa mental e poema dos desejos: Além do mapa da escola, como uma forma de auxílio para maior entendimento das necessidades da comunidade escolar, deverão ser realizadas duas atividades secundárias: Mapa mental: Desenhos e descrições dos questionamentos. Poemas dos desejos: Listas e textos dos questionamentos.

Desenvolvimento das soluções: A atividade anterior servirá como guia para este tópico, onde deverão ser realizadas os mesmos procedimentos, mas, desta vez, buscando propor soluções para as problemáticas encontradas.

Apresentação das possíveis soluções: A comunidade escolar, apresentará os produtos obtidos nas atividades anteriores à equipe técnica e outros agentes participativos.

Análise pela equipe técnica: Os agentes do grupo técnico analisarão as propostas da comunidade objetivando buscar soluções viáveis para as necessidades apresentadas.

Apoio da universidade por meio de projetos de extensão: Compreendendo as soluções viáveis e praticáveis pela própria comunidade, esta cartilha propõe uma parceria com a universidade para a realização de projetos de extensão que fomentem atos de revitalização dos ambientes escolares, como criação de mobiliários, pinturas artísticas, manutenção de hortas e pomares...

11.5 REVITALIZAÇÃO

A última parte das diretrizes orienta os leitores aos em relação às revitalizações, sobre o que eles podem ou não fazer, dependendo da complexidade das modificações. Tendo em vista que revitalizações de grande complexidade necessitam de atuação dos órgãos responsáveis pelas mesmas.

Com isso, o desenvolvimento das diretrizes e sua metodologia de aplicação, resultou na criação de um produto gráfico de orientação educacional, a cartilha de tema “Reconhecer para Revitalizar”, apresentada nos anexos deste trabalho.

Figura 31 - Capa da cartilha



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise profunda sobre a formação do espaço escolar e sua evolução ao longo do tempo, este trabalho destaca-se por examinar não apenas a arquitetura física, mas também os padrões comportamentais e psicológicos que permeiam esse ambiente crucial. A influência dos contextos históricos e sociais na construção das escolas revela-se como um fator determinante, conforme elucidado por Escolano (1998), que ressalta a não neutralidade desse elemento essencial da sociedade. Contudo, as transformações recentes nas teorias de planejamento arquitetônico, destacadas por Kowaltoski (2009) e Faria (2019), indicam uma transição para abordagens mais centradas na experiência do aluno e na funcionalidade dos espaços.

Com isso, a proposta explora não apenas os espaços ocupados, mas também aqueles negligenciados ou subutilizados, ressaltando a importância de uma abordagem holística na melhoria do ambiente escolar. Ao abraçar conceitos da psicologia ambiental, ecológica e do senso de território, a pesquisa visa compreender a identificação da territorialidade escolar e seu entorno, proporcionando um melhor entendimento para a revitalização desses locais.

A aplicação prática desses conceitos ganha forma na proposta de um plano de diretrizes para a revitalização das Escolas Estaduais de Natal, que não apenas reflete o conhecimento técnico do Arquiteto e Urbanista, mas também incorpora práticas populares e a participação coletiva da comunidade. Inspirado pelo projeto "Seja a Escola", o objetivo é reintegrar as escolas públicas à sua comunidade, superando estigmas e promovendo uma reconexão vital entre a instituição, o bairro e seus habitantes.

A pesquisa faz-se compreender a partir da preocupação acerca da desconexão percebida entre as instituições públicas e seus entornos. Além de analisar criticamente essa realidade, buscado proporcionar alternativas tangíveis para reintegrar escola e comunidade, estabelecendo um sentido de identidade entre esses elementos.

O resultado deste estudo ocasiona na criação de uma cartilha educativa, transformando o plano de diretrizes em um formato acessível e compreensível para a sociedade, profissionais de arquitetura e urbanismo e estudantes. Este produto gráfico não apenas simboliza a aplicabilidade prática das propostas, mas também representa um passo concreto em direção à transformação positiva dos espaços escolares.

Por fim, este trabalho não apenas investiga a evolução do espaço escolar, mas também contribui ativamente para a busca de soluções concretas e inclusivas, promovendo uma visão renovada sobre o papel vital das escolas na comunidade e na formação dos indivíduos, além de, como foi constatado durante os estudos na Escola Estadual Professor Luís Antônio, as revitalizações dos ambientes escolares proporcionam uma diminuição da evasão escolar, problemática emergente na sociedade em que vivemos, entendendo que a participação coletiva da comunidade escolar nos processos de revitalização é de extrema importância para a materialização de um ambiente escolar mais acolhedor e propício ao desenvolvimento humano, haja vista, que, os indivíduos que vivenciam o ambiente diariamente são os maiores conhecedores dele.

13 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando de. **A Escola Nova e a Reforma**. Boletim de Educação Pública, v. 1, no 1. 1930

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), **Cau Educa, Educação urbanística e ambiental no ensino fundamental**, 2018.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). **Caderno Cau Educa, Educação urbanística e ambiental**, 2022.

Decreto n. 7. 316, de 13 de abril de 1978. **Cria a Escola Estadual Luís Antônio**. Natal, 1987.

ELALI, Gleice. **O ambiente da escola – o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola–natureza em educação infantil**. Rio Grande do Norte, 2003.

FARIA, Ana. **Desenhar escola um exercício coletivo do pensamento**. Rio de Janeiro, 2019.

Filho, Luciano; Vidal, Diana. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil**. São Paulo: 2000.

Foucault M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 20 ed., Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1997. (acesso em abril 2023).

Kowaltowski DCCCK. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino**. São Paulo: Oficina de textos, 2011. (acesso em Mar. 2023).

LIMA, Mayumi. **A criança e a percepção do espaço**. São Paulo.

Melo RGC. **Psicologia ambiental: uma nova abordagem**. Psicologia-USP, São Paulo, 1991. (acesso em Mar. 2023).

Política Nacional de Humanização, PNH. Brasília: 1ª Edição, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

Silva, Ana; Cortêz, Natália; Nogueira, Caroline. **Decodificando o Território,** 2021.

Silveira, Bettieli; Felipe, Maíra. **Ambientes restauradores.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Augustin. **Currículo, Espaço e Subjetividade. A arquitetura como programa.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

É preciso sair da ilha para ver a ilha,
Não nos vemos se não saímos de nós.

José Saramago

